

Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. O Centro de Simulação FCM Unicamp conta com vários ambientes (sala de consulta simulada, duas salas de simulação realísticas ambientadas em sala de emergência/terapia intensiva, quatro arenas designadas para treinamento de habilidades técnicas além de sala de comando e de debriefing) especificamente destinados ao ensino de graduação, residência e pesquisa. Recebe cerca de 720 alunos/ano distribuídos do primeiro ao sexto ano de graduação, além de médicos residentes de várias especialidades. Permite a atuação de outros profissionais ligados ao ensino da simulação, para além daqueles ligados ao Departamento de Pediatria.

II- Perfil desejado para vaga: Doutor, médico Pediatra. Deseja-se experiência no uso de simulação realística de baixa, média e alta fidelidade com intenção de dedicar-se ao ensino de graduação e pós graduação lato e stricto sensu e em atividades de pesquisa e extensão experiência no ensino de graduação e/ou residência médica, com ênfase em metodologias ativas (PBL, TBL, OSCE). Deseja-se também experiência em serviços de Emergência Pediátrica, com vivência em manejo de pacientes críticos participação ativa em protocolos institucionais, liderança em equipes multiprofissionais e treinamentos de atendimento em emergências. Serão valorizadas habilidade de comunicação em diferentes níveis e eficiência para trabalho em grupo e atividades de gestão e liderança, para atuação também interdepartamental. Certificado PALS obrigatório.

III- Metas para o ensino: Implantação e consolidação de um Eixo Estruturante baseado em Simulação Realística, Inteligência Artificial e Tecnologias Inovadoras na Educação e Prática Médica no ensino de graduação, em todos os cenários, com maior ênfase nas metodologias ativas. Aprimoramento de ensino de graduação/ Internato e residência médica em pediatria, onde simulação, Inteligência Artificial e tecnologias inovadoras possam ser aplicadas à prática médica. Na Pós Graduação Stricto Sensu espera-se implantação e consolidação de um Eixo Estruturante baseado em Simulação Realística, Inteligência Artificial e Tecnologias Inovadoras na Educação e Prática Médica e participação ativa no Programa de Pós Graduação da Saúde da Criança e do Adolescente, com orientação de projetos e atividades de pesquisa, produzindo conhecimento em simulação para diferentes profissionais de saúde.

IV- Metas para pesquisa e inovação: Produção de pesquisas e projetos e educação para profissionais de saúde, nas áreas de emergência, simulação, inteligência artificial, tecnologias inovadoras e novas metodologias, diagnósticas e terapêuticas. Participação em grupos de pesquisa interdisciplinares e projetos de inovação em educação em saúde, nestes temas específicos, assim como captação de recursos e participação em editais de fomento à pesquisa.

V- Metas para extensão: Coordenação ou participação em projetos de extensão voltados para Simulação Realística, Inteligência Artificial e Tecnologias Inovadoras na Educação e Prática Médica em profissões de saúde. Organização de cursos, jornadas e eventos de educação continuada para profissionais de saúde.

1.3.1. A inscrição do candidato que deixar de atender ao perfil desejável não será indeferida por este motivo.

1.3.2. O perfil desejável será considerado para a aplicação e o julgamento das provas do concurso.

1.3.3. O programa das disciplinas em concurso consta do Anexo II e o programa do concurso, o qual será objeto das provas deste concurso consta do Anexo III.

2. DO REGIME DE TRABALHO E DA REMUNERAÇÃO

2.1. O cargo de Professor Doutor será provido em Regime de Turno Parcial - RTP (12 horas semanais), com opção preferencial para o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa - RDIDP, a critério da Congregação da Unidade.

2.2. O regime preferencial do corpo docente da Universidade Estadual de Campinas é o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) e tem por finalidade estimular e favorecer a realização da pesquisa nas diferentes áreas do saber e do conhecimento, assim como, correlatamente, contribuir para a eficiência do ensino e para a difusão de ideias e conhecimento para a comunidade.

2.3. Ao se inscrever no presente concurso público o candidato fica ciente e concorda que, no caso de admissão, poderá ser solicitada, a critério da Congregação da Unidade, a apresentação de plano de pesquisa, que será submetido à Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (CPDI), para avaliação de possível ingresso no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP).

2.4. O Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) está regulamentado pela Deliberação CONSU-A-02/2001, cujo texto integral está disponível no site: http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?consolidada=S&id_norma=2684.

2.5. A remuneração inicial para o cargo de Professor Doutor, MS-31, da Carreira do Magistério Superior é a seguinte:

- RTP (12 horas semanais) - R\$ 2.834,67
- RTC (24 horas semanais) - R\$ 7.195,56
- RDIDP - R\$ 16.353,30

2.5.1. Além da remuneração inicial o Professor Doutor receberá:

a) Auxílio-Alimentação, no valor de R\$ 1.950,00 (um mil novecentos e cinquenta reais), nos termos da Deliberação CONSU-A-04/2011, cujo texto integral está disponível no site: <https://www.pg.unicamp.br/norma/3041/1>

b) Vale-Refeição, no valor de R\$ 43,00 (quarenta e três reais) por dia trabalhado, para servidores ativos com jornada igual ou superior a 24 (vinte e quatro) horas semanais, nos termos da Deliberação CONSU-A-06/2023, cujo texto integral está disponível no site: <https://www.pg.unicamp.br/norma/31543/1>

c) Auxílio saúde, no valor de até R\$ 900,00 (novecentos reais), nos termos da Deliberação CONSU-A-23/2024, cujo texto integral está disponível no site:

<https://www.pg.unicamp.br/norma/31996/0>

- outros benefícios específicos, conforme o caso.

3. DA INSCRIÇÃO

3.1. As inscrições deverão ser feitas exclusivamente por meio do portal de inscrições "inscricoes.unicamp.br" no período indicado no preâmbulo do presente edital, mediante preenchimento do formulário de

EDITAL Nº 02-P-44568/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2026

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS

EDITAL

(PROC. Nº 02-P-44568/2025)

O Diretor da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, por meio da Secretaria Geral, torna pública a abertura, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir das 12h (horário oficial de Brasília) do dia 22/04/2026, até às 12h (horário oficial de Brasília) do dia 22/05/2026, das inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de 01 (um) cargo de Professor Doutor, nas áreas de Pediatria Clínica Geral e Pediatria Clínica (Subárea: Urgência e Emergência Pediátrica), nas disciplinas MD171 - Prática Médica I, MD172 - Prática Médica II, MD229 - Habilidades Clínicas II, MD643 - Semiologia e Propedêutica, MD941 - Atenção Integral à Saúde da Criança e do Adolescente I, MD131 - Atenção Integral à Saúde da Criança e do Adolescente II, RP021 - Urgência e Emergência Pediátrica I, RP025 - Simulação em Emergência Pediátrica I, RP026 - Urgência e Emergência Pediátrica II e RP016 - Emergência Pediátrica, do Departamento de Pediatria da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, conforme cronograma previsto - Anexo I.

1. DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

1.1. O concurso destina-se ao provimento de 01 (um) cargo de Professor Doutor, nível MS-31, da Carreira do Magistério Superior da UNICAMP, conforme tabela abaixo.

Cargo/Área/Disciplinas	Número de Vagas Ampla Concorrência	Número de vagas PCD
Professor Doutor – Áreas Pediatria Clínica Geral e Pediatria Clínica (Subárea: Urgência e Emergência Pediátrica, Disciplinas MD171, MD172, MD229, MD643, MD941, MD131, RP021, RP025, RP026 e RP016)	01 (uma)	0 (a atribuição de vaga observará a Deliberação CONSU-A-20/2024)

1.2. São atribuições básicas do cargo de Professor Doutor:

I- atividades pertinentes à docência no ensino superior, no âmbito da graduação e a da pós-graduação;

II- realização de pesquisa e extensão;

III- atividades inerentes à gestão institucional, como o exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e demais atribuições administrativas da própria Universidade;

IV- outras atribuições previstas nas normas da Universidade e correlatas ao cargo.

1.2.1. Poderão ser atribuídas ao docente admitido outras disciplinas além das referidas no preâmbulo deste edital, desde que referentes à área do concurso ou a sua área de atuação.

1.2.2. Poderão ser atribuídas ao docente disciplinas ministradas nos períodos diurno, noturno ou misto, durante os dias da semana, incluindo os sábados.

1.3. É desejável que o candidato atenda ao seguinte perfil, que combina competências acadêmicas e profissionais:

I- Área a que se destina a vaga: Área de Emergência Pediátrica (UER-Ped HC Unicamp e outros campos de estágio Urgência/Emergência), onde se concentram atividades relacionadas ao Centro de Simulação da

inscrição e envio (upload) do documento oficial de identificação com foto e dos documentos descritos no item 3.1.2.

3.1.1. Uma vez preenchido o formulário e enviado (upload) o documento oficial de identificação com foto (pdf), o candidato receberá no email informado por ele no formulário de inscrição um aviso de acesso à Área do Candidato, onde deverá concluir sua inscrição, anexando os documentos obrigatórios descritos no item 3.1.2.

3.1.1.1. Aceitam-se como documento oficial de identificação pessoal: Cédula de Identidade (RG), Carteira de Identidade Nacional (CIN), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Passaporte, Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) ou Registro Nacional Migratório (RNM).

3.1.1.2. Os documentos anexados ao formulário de inscrição poderão ser alterados, aditados e completados até a data fixada para o encerramento das inscrições.

3.1.2. Na Área do Candidato, o candidato deverá acessar a aba “Documentação para Inscrição” e inserir todos os documentos abaixo identificados:

- a) memorial circunstanciado, em formato digital (pdf), com o relato das atividades realizadas, dos trabalhos publicados e demais informações, que permitam avaliação dos méritos do candidato, a saber:
 - a.1) títulos universitários;
 - a.2) *curriculum vitae et studiorum*;
 - a.3) atividades científicas, didáticas, artísticas, técnicas e profissionais;
 - a.4) prêmios acadêmicos e títulos honoríficos;
 - a.5) bolsas de estudo em nível de pós-graduação;
 - a.6) cursos frequentados, congressos, simpósios e seminários dos quais participou.

b) a compilação de todos os documentos integrais de cada trabalho ou documento mencionado no memorial, que deverão ser apresentados em um único arquivo em formato digital (pdf);

c) plano de trabalho, em formato digital (pdf), conforme Anexo IV;

d) se o caso é para fins de critério de desempate, certidão que comprove a condição de jurado e de ter efetivamente exercido essa função entre a data da publicação da Lei nº 11.689, de 09 de junho de 2008, e a data do término do período de inscrição.

3.1.2.1. Não serão admitidos como comprovação dos itens constantes do memorial links remetendo a página passível de alteração pelo próprio candidato.

3.1.2.2. Os documentos referentes ao item 3.1.2 poderão ser aditados, instruídos ou completados até a data fixada para o encerramento das inscrições.

3.1.2.3. No ato da inscrição, o candidato poderá manifestar, por meio do sistema de inscrição, a intenção de realizar as provas na língua inglesa. O conteúdo das provas realizadas nas línguas inglesa e portuguesa será o mesmo.

3.1.3. Após realizar a inscrição no endereço indicado no item 3.1, com envio dos documentos solicitados nos itens 3.1.1 e 3.1.2, o candidato confirmará a inscrição e receberá um protocolo de recebimento de seu pedido de inscrição.

3.1.4. O candidato trans, travesti ou não binário que desejar ser atendido pelo nome social, deverá solicitá-lo em campo próprio do formulário de inscrição, mencionado no item 3.1, durante o período de inscrição e enviar, por meio digital (upload), requerimento para uso do nome social, conforme Anexo V, devidamente preenchido e assinado.

3.1.4.1. A solicitação de uso de nome social efetivada na inscrição do concurso regido pelo presente edital só é válida para o mesmo.

3.1.4.2. O candidato que não solicitar o uso do nome social no período de inscrições não terá o pedido atendido.

3.1.4.3. O nome social do candidato será considerado em todas as publicações do concurso.

3.2. O prazo de inscrição indicado no preâmbulo deste edital poderá ser prorrogado, a critério do Diretor da unidade, por até igual período, devendo o edital de prorrogação ser publicado no Diário Oficial do Estado - DOE até o dia previsto inicialmente para o encerramento das inscrições.

3.3. As inscrições poderão ser reabertas após o encerramento do prazo para inscrição, a critério da unidade, justificadamente e mediante publicação de edital para esse fim no Diário Oficial do Estado - DOE.

3.4. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e tácita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, das leis e regulamentos aplicáveis e das instruções específicas para o cargo, das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.5. O candidato é responsável pela exatidão e veracidade de informações prestadas bem como pela inteireza e legibilidade dos documentos enviados, ficando desde já ciente de que erros, falhas ou omissões no preenchimento de qualquer campo ou em documento necessário à inscrição, acarretarão o indeferimento de sua inscrição.

3.6. A coleta e o tratamento dos dados pessoais dos candidatos, no âmbito deste concurso, obedecerão ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018), sendo utilizados exclusivamente para as finalidades inerentes ao certame, quais sejam, inscrição, classificação, divulgação de resultados e demais atos necessários à sua execução.

3.6.1. O candidato, ao efetuar sua inscrição, manifesta sua concordância com o tratamento de seus dados pessoais para os fins previstos neste Edital e declara que aceita a divulgação de seu nome, notas, critérios de desempate e classificação.

3.6.2. O candidato, ao efetuar sua inscrição, autoriza a gravação de som e/ou imagem durante a realização das provas presenciais, o que poderá ocorrer, a critério da Unidade da UNICAMP responsável pelo concurso.

3.7. A Unicamp não se responsabiliza por solicitação de inscrição pela internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

3.8. As inscrições serão julgadas em seu aspecto formal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data imediatamente posterior ao encerramento do prazo para as inscrições, publicando-se, na sequência, tal decisão no Diário Oficial do Estado - DOE.

3.8.1. O conteúdo do Memorial, do arquivo com a compilação dos documentos e do Plano de Trabalho não será analisado para fins de deferimento ou indeferimento das inscrições.

3.9. As inscrições que não atenderem às exigências estabelecidas no edital serão indeferidas e esse indeferimento será publicado no Diário Oficial do Estado - DOE juntamente com as inscrições deferidas.

3.9.1. O candidato que tiver indeferida sua inscrição terá o prazo de 01 (um) dia útil contado da publicação indicada no subitem 3.9, para apresentar recurso, mediante formulário disponível na Área do Candidato (aba “meus recursos”), acessível no endereço “inscricoes.unicamp.br”.

3.9.1.1. O resultado da análise do recurso será publicado no Diário Oficial do Estado - DOE.

3.10. A Universidade se exime das despesas com viagens e estadia dos candidatos para prestar as provas ou para atendimento de qualquer convocação referente ao concurso ou à nomeação para o cargo.

4. DA SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

4.1. O candidato que necessitar de condição especial para a realização das provas deste concurso deverá apontar essa necessidade no formulário de inscrição, no endereço “inscricoes.unicamp.br” especificando detalhadamente os recursos/condições especiais de que necessita, seguindo as instruções ali indicadas, bem como enviar (upload) laudo médico que justifique a condição especial solicitada, contendo o nome completo do candidato, a Classificação Internacional de Doença - CID, bem como o nome, assinatura, carimbo e CRM do médico.

4.1.1. O laudo médico encaminhado terá validade somente para este concurso público.

4.2. Não serão avaliados os documentos ilegíveis e/ou com rasuras ou provenientes de arquivo corrompido.

4.3. Não serão considerados documentos contendo solicitação de condição especial enviados de forma extemporânea ou encaminhados pelos Correios, por email ou por quaisquer outras formas não especificadas neste Edital.

4.4. O candidato que não fizer a solicitação de condições especiais durante o período de inscrições ou não a comprovar nos termos do que estabelece este Edital, não terá as condições especiais atendidas.

4.5. A solicitação de condições especiais para realizar a(s) prova(s) será analisada com base no laudo médico enviado pelo candidato e ficará sujeito à análise da razoabilidade e da viabilidade do pedido.

4.5.1. Fica limitado em 60 (sessenta) minutos o tempo adicional para a realização das provas, nas hipóteses de solicitação dessa condição especial, nos termos do item 4 desse edital.

4.6. As decisões relativas às solicitações de condições especiais para a realização da(s) prova(s) serão publicadas no Diário Oficial do Estado - DOE juntamente com as inscrições deferidas e indeferidas prevista no subitem 3.9.

4.6.1. O candidato que tiver sua solicitação de condições especiais para realização das provas indeferida poderá recorrer desta decisão no prazo de 01 (um) dia útil contado da publicação prevista no subitem anterior.

4.6.1.1. O resultado da análise do recurso será publicado no Diário Oficial do Estado - DOE.

4.7. A solicitação de condições especiais para realização do concurso não implica em estar inscrito para vaga reservada para pessoa com deficiência, sendo que o candidato que desejar concorrer às vagas eventualmente reservadas para pessoas com deficiência deve proceder de acordo com item 6 deste edital.

4.8. Nos casos de força maior, em que seja necessário solicitar condições especiais após o término das inscrições, o candidato deverá entrar em contato junto à Secretaria da Faculdade de Ciências Médicas e enviar a solicitação, anexando o laudo médico que justifique o pedido.

5. DA CANDIDATA LACTANTE

5.1. Em caso de necessidade de amamentação durante a realização da prova, a candidata lactante deverá, durante o período de inscrição, acessar o formulário de inscrição disponível no endereço “inscricoes.unicamp.br” e informar a solicitação de condição especial para amamentação, seguindo as instruções ali contidas.

5.2. No dia da prova, a candidata lactante deverá levar um acompanhante, maior de idade, devidamente documentado, que ficará em local reservado para tal finalidade e será responsável pela criança.

5.2.1. O acompanhante adulto ficará em sala reservada e será o responsável pela guarda da criança. Este estará submetido a todas as normas constantes neste Edital, inclusive no tocante à apresentação de original de um documento de identificação (RG, CIN, CNH, Passaporte ou RNE), bem como à vedação ao uso de equipamentos eletrônicos e celulares.

5.2.2. A candidata que não levar um acompanhante adulto não poderá permanecer com a criança no local de realização da prova.

5.2.3. A UNICAMP não disponibilizará, em hipótese alguma, acompanhante para guarda da criança.

5.3. No momento da amamentação, a candidata será acompanhada por uma fiscal sem a presença do responsável pela criança e sem o material de prova(s).

5.4. O tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova, em igual período, observando-se a possibilidade de amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos por filho, nos termos do art.4º da Lei nº 13.872/2019.

5.5. A decisão relativa à solicitação da candidata lactante será publicada no Diário Oficial do Estado - DOE, juntamente com as inscrições deferidas e indeferidas prevista no item 3.9.

5.5.1. A candidata que tiver seu pedido indeferido terá o prazo de 01 (um) dia útil contado da publicação indicada no subitem anterior, para apresentar recurso, mediante formulário disponível na Área do Candidato (aba “meus recursos”), acessível no endereço “inscricoes.unicamp.br”.

5.5.1.1. O resultado da análise do recurso será publicado no Diário Oficial do Estado - DOE.

5.6. Excetuada a situação prevista neste item, não será permitida a permanência de criança ou de adulto de qualquer idade nas dependências do local de realização da prova, podendo ocasionar inclusive a não participação do(a) candidato(a) neste Concurso Público.

6. DA VAGA RESERVADA PARA CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

6.1. Candidatos com deficiência poderão se inscrever no presente concurso para futura vaga reservada para pessoas com deficiência, indicando sua participação nesta condição no momento da inscrição, conforme previsto no formulário de inscrição disponível no endereço “inscricoes.unicamp.br”.

6.1.1. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual, ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº

13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), da Lei Federal nº 12.764/2012, o § 1º do artigo 52 do Decreto Federal nº 5296/2004 pelo art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, na Lei Estadual nº 16.779/2018 (portador de doença renal crônica), a Lei Estadual nº 16.769/2018 (indivíduo diagnosticado com audição unilateral) e no previsto na Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça.

6.1.2. O candidato com deficiência deverá declarar, quando da inscrição, o campo destinado para tal finalidade, o tipo de deficiência que possui, bem como se deseja concorrer na condição de pessoa com deficiência, além da ampla concorrência.

6.1.3. Para concorrer como pessoa com deficiência, o candidato deverá, no período de inscrições:

a) especificar esta condição, no formulário de inscrição, no campo “Deficiência”, informando a Classificação Internacional de Doença - CID, observando o disposto no item 6.1.1 deste Edital;

b) informar se deseja concorrer na condição de pessoa com deficiência;

c) enviar laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID da doença que acomete o candidato. O laudo médico deverá conter, ainda, o nome completo do candidato, bem como o nome, a assinatura e o CRM do profissional responsável pela emissão do laudo;

d) o laudo deverá ter sido emitido no máximo 6 (seis) meses antes da inscrição.

e) a validade do laudo médico será de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição deste concurso quando a deficiência for permanente ou de longa duração e de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição deste concurso nas demais situações que não se enquadrarem em deficiência permanente ou de longa duração;

f) a validade exigida na alínea anterior não se aplica aos laudos que atestem o Transtorno do Espectro Autista (TEA), conforme Lei nº 17.669/2023.

6.1.4. Para o envio do(s) laudo(s) médico(s), o candidato que desejar concorrer como pessoa com deficiência deverá acessar o endereço “inscricoes.unicamp.br” e, no campo próprio do formulário de inscrição fazer upload do documento.

6.1.5. Não serão avaliados documento(s) ilegível(veis) e/ou com rasuras ou proveniente(s) de arquivo corrompido.

6.1.6. Os laudos médicos mencionados no item 6 deste edital terão validade somente para este concurso público.

6.1.7. O candidato, antes de se inscrever, deverá verificar se as atribuições do cargo são compatíveis com suas deficiências, sem prejuízo do procedimento previsto nos itens 6.9 a 6.15 deste Edital.

6.1.7.1. Ao se inscrever como pessoa com deficiência, o candidato declara que deseja concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência e que está ciente das atribuições do cargo público de Professor Doutor em disputa no presente concurso público e do fato de que, se vier a ocupar o cargo, estará sujeito à validação pelo desempenho dessas atribuições para fins de habilitação no estágio probatório.

6.1.8. O candidato com deficiência que necessitar de condição especial para a realização da prova deverá apontar essa necessidade no formulário de inscrição, no campo “Condição Especial”, especificando detalhadamente os recursos/condições especiais de que necessita, seguindo as instruções ali indicadas, observado o item 4 e seguintes deste edital.

6.2. O candidato que se inscrever sem observar o subitem 6.1 e seguintes desse edital e cujo laudo seja considerado inválido por não atendimento às formalidades previstas nos subitens 6.1.3 a 6.1.5, terá a inscrição como pessoa com deficiência indeferida.

6.3. O candidato que teve a inscrição como pessoa com deficiência indeferida não concorrerá às vagas reservadas para pessoas com deficiência, sem prejuízo do deferimento de sua inscrição para a ampla concorrência e do atendimento das condições especiais para realização da prova, se houver pedido neste sentido.

6.4. A divulgação dos deferimentos e indeferimentos relativos às solicitações de inscrição como pessoa com deficiência será publicada no Diário Oficial do Estado - DOE, juntamente com as inscrições deferidas e indeferidas prevista no subitem 3.9 deste edital.

6.4.1. O candidato que tiver sua inscrição como pessoa com deficiência indeferida poderá recorrer desta decisão no prazo de 01 (um) dia útil, contado da publicação prevista no subitem anterior mediante preenchimento de formulário disponível na Área do Candidato (aba “meus recursos”), acessível no endereço “inscricoes.unicamp.br”.

6.4.2. O resultado da análise do recurso será publicado no Diário Oficial do Estado - DOE.

6.5. Candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme disposto no item 6 deste edital, não poderá interpor recurso em favor de sua condição, seja qual for o motivo alegado.

6.6. As pessoas com deficiência participarão deste Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas.

6.7. O candidato com deficiência concorrerá concomitantemente à vaga reservada para pessoas com deficiência porventura existente na Unidade e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação no concurso.

6.7.1. O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência e aprovado dentro do número de vagas oferecidas para ampla concorrência neste concurso não será considerado para efeito do preenchimento da vaga reservada para pessoa com deficiência porventura indicada para este concurso.

6.8. Atribuição de vaga reservada para pessoa com deficiência neste concurso observará o disposto na Deliberação CONSU-A-20/2024 e no previsto no presente edital.

6.8.1. Será atribuída a este concurso público vaga reservada para candidato com deficiência desde que, cumulativamente:

a) haja candidato habilitado e aprovado nesta condição no concurso;

b) este concurso seja o primeiro a ter o seu resultado homologado pela Unidade junto à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, dentre as vagas atribuídas no projeto piloto, de acordo com a Deliberação CONSU-A-20/2024;

c) haja vaga reservada para candidato com deficiência ainda não preenchida na Unidade, dentro das vagas do projeto piloto, conforme Deliberação CONSU-A-20/2024.

6.8.2. Caso na mesma data se homologuem dois ou mais concursos da mesma Unidade que tenham candidatos com deficiência habilitados e aprovados, a atribuição da vaga reservada será definida pela Congregação da Unidade, motivadamente.

6.9. O candidato com deficiência aprovado neste concurso público, quando convocado, deverá submeter-se à perícia médica na Diretoria de Perícias Médicas do Estado - DPME, objetivando verificar se a deficiência declarada se enquadra nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), do art. 1º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas - aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008 e incorporada pelo Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, da Lei Federal nº 12.764/2012, e da Lei Federal nº 14.126/2021, nos parâmetros estabelecidos pelo art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal nº 5.296/2004, assim como se há compatibilidade ou não da deficiência com as atribuições do cargo a ser ocupado, nos termos dos artigos 3º e 4º da Lei Complementar Estadual nº 683/1992.

6.10. O candidato com deficiência aprovado neste concurso deverá comparecer à perícia médica prevista no item 6.9, seguindo as instruções e comunicados da DPME.

6.10.1. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, para justificar o atraso ou a ausência do candidato com deficiência aprovado neste concurso na perícia médica ou na junta médica.

6.10.2. O respectivo resultado da perícia médica será publicado no Diário Oficial do Estado - DOE.

6.11. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão do candidato, não comprovação da condição de pessoa com deficiência ou pela incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo a ser desempenhado, o candidato, após a publicação do resultado no Diário Oficial do Estado - DOE, poderá solicitar a realização de junta médica pelo DPME para nova inspeção, utilizando-se de requerimento disponível no site www.planejamento.sp.gov.br/dpme - Perícia Médica - DPME > Ingresso - Pré-Avaliação - pessoa com deficiência > Formulário de Requisição de Pré-avaliação de PCD.

6.12. O resultado da avaliação feita pela junta médica será publicado no Diário Oficial do Estado - DOE.

6.12.1. Não caberá qualquer recurso da decisão proferida pela junta médica, nos termos do § 5º, do artigo 3º, da Lei Complementar Estadual nº 683/1992.

6.13. Verificada a inaptidão ou incompatibilidade entre a(s) deficiência(s) do candidato e as atribuições do cargo postulado, na perícia médica e na junta médica, caso seja requerida, o candidato será eliminado deste concurso.

6.14. Será eliminado da lista de candidatos aprovados com deficiência deste concurso o candidato, em que a(s) deficiência(s) assinalada(s) no formulário de inscrição não se fizer(em) constatada(s), ou aquele que não comparecer na perícia médica ou na junta médica (se requerida), devendo, no entanto, permanecer na lista de candidatos aprovados na ampla concorrência respeitada sua classificação final.

6.15. Havendo a admissão do candidato com deficiência aprovado nesta condição, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de restrição funcional, licença por motivo de saúde, readaptação ou aposentadoria por invalidez.

7. DA COMISSÃO JULGADORA

7.1. Após a definição da lista definitiva das inscrições deferidas para o concurso, a Congregação da Unidade definirá a composição da sua Comissão Julgadora.

7.2. A Comissão Julgadora será constituída de 05 (cinco) membros titulares e até 05 (cinco) suplentes, portadores, no mínimo, do Título de Doutor, e sua composição será aprovada pela Congregação da Unidade, com observância dos princípios constitucionais, em particular o da impessoalidade.

7.2.1. Pelo menos 2 (dois) membros titulares da Comissão Julgadora deverão ser externos à Unidade ou pertencer a outras Instituições.

7.2.2. Pelo menos 1 (um) membro suplente da Comissão Julgadora deverá ser externo à Unidade ou pertencer a outras instituições.

7.3. Havendo necessidade, um membro titular poderá ser substituído por um membro suplente, o que deverá ser registrado e documentado nos autos do concurso, justificadamente.

7.4. A Comissão Julgadora será presidida pelo membro da Unidade com a maior titulação. Na hipótese de mais de um membro se encontrar nessa situação, a presidência caberá ao docente mais antigo na titulação. Não sendo possível seguir essa regra, a presidência da comissão será definida, formalmente, pelo Diretor da Unidade.

7.5. A Comissão Julgadora será auxiliada por um Secretário formalmente designado para esse fim.

7.6. Todos os membros da Comissão Julgadora, titulares e suplentes, e os responsáveis pela gestão do concurso na Unidade deverão assinar termo de ausência de conflito de interesse e termo de confidencialidade.

7.7. Caberá à Comissão Julgadora examinar os títulos apresentados, conduzir as provas presenciais do concurso, proceder às arguições, atribuir notas, elaborar e fundamentar parecer circunstanciado e classificar os candidatos.

7.7.1. A prova escrita poderá ser realizada com a presença de, pelo menos, um membro titular da Comissão Julgadora.

7.7.2. A correção das provas será feita individualmente por cada membro da Comissão Julgadora, que deverão incluir as notas pessoalmente em sistema informatizado, garantindo o sigilo das mesmas até o momento da sua divulgação.

7.8. Com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do início das provas, será publicado Edital no Diário Oficial do Estado - DOE as seguintes informações:

- I- lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida;
- II- membros titulares e suplentes da Comissão Julgadora;
- III- calendário fixado para as provas, horário e local de sua realização, definido pelo Diretor da unidade.

7.8.1. O calendário de provas poderá sofrer alterações, implicando em nova publicação de Edital no Diário Oficial do Estado - DOE, respeitado o prazo previsto no item 7.8, em caso de alteração das datas das provas da Fase I.

7.8.2. O candidato poderá interpor recurso contra a composição da Comissão Julgadora no prazo de 01 (um) dia útil contado da publicação prevista no item anterior, mediante formulário disponível na Área do

Candidato (aba "meus recursos"), acessível no endereço "inscricoes.unicamp.br".

7.8.3. O resultado da análise do recurso será publicado no Diário Oficial do Estado - DOE.

7.8.4. Caso o recurso seja deferido, a alteração da Comissão Julgadora será submetida à deliberação da Congregação da unidade, nos termos do item 7 do edital.

8. DAS PROVAS

8.1. O concurso público para provimento de cargo de Professor Doutor constará das seguintes provas, realizadas em duas fases, todas classificatórias:

- I- escrita (peso 1);
- II- análise do Plano de Trabalho (peso 1);
- III- títulos (peso 1);
- IV- didática (peso 1);
- V- arguição (peso 1).

8.2. A Fase I do concurso público será eliminatória e classificatória, com a realização da(s) seguinte(s) prova(s):

- Prova escrita e Prova de análise do plano de trabalho entregue pelo candidato na inscrição **8.2.1.** Caso a prova escrita conste da Fase I do concurso, ela será a primeira a ser realizada.

8.3. As provas realizadas na Fase II serão apenas classificatórias e dela participarão apenas os candidatos aprovados na Fase I.

8.4. A Fase II consistirá na aplicação das seguintes provas:

- I- títulos;
- II- didática;
- III- arguição.

8.4.1. A prova de títulos será a primeira a ser realizada na Fase II.

9. DO CONTEÚDO DAS PROVAS

9.1. Da prova escrita

9.1.1. A prova escrita consistirá em questões de ordem geral que relacionem(m) o conteúdo do programa do concurso (Anexo III) com a(s) área(s) do mesmo.

9.1.2. No início da prova escrita, o Presidente da Comissão Julgadora fará a leitura do tema da(s) questão(ões), concedendo o prazo de 60 (sessenta) minutos para que os candidatos consultem seus livros, periódicos ou outros documentos bibliográficos, na forma impressa, excluindo-se o acesso a equipamentos eletrônicos e à internet.

9.1.3. Findo o prazo estabelecido no item 9.1.2 não será mais permitida a consulta de qualquer material, e a prova escrita terá início, com duração de 60 (sessenta) minutos para a redação da(s) resposta(s).

9.1.4. As anotações efetuadas durante o período de consulta previsto no item 9.1.2 poderão ser utilizadas no decorrer da prova escrita, devendo ser rubricadas pelos membros da Comissão Julgadora presentes e anexadas na folha de resposta.

9.1.5. São critérios para avaliação da prova escrita:

- I- aderência ao tema;
- II- atualização e aprofundamento do conteúdo;
- III- organização, coerência, clareza e sequência lógica de ideias;
- IV- adequação à norma padrão da língua portuguesa ou inglesa, se o caso.

9.1.6. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova escrita.

9.1.7. As provas serão corrigidas de forma padronizada, com base nos critérios definidos no item 9.1.5, assegurando-se o anonimato dos candidatos.

9.1.7.1. É proibido qualquer tipo de identificação no caderno de respostas, como nome, assinatura, número de documento, recados, símbolos ou qualquer outra marca que possa identificar o candidato fora dos campos especificamente indicados para esse fim.

9.1.7.2. O candidato que descumprir o subitem 9.1.7.1 será eliminado do concurso.

9.2. Da prova de análise do plano de trabalho

9.2.1. Na análise do Plano de Trabalho, a Comissão Julgadora avaliará o plano de trabalho apresentado pelo candidato no momento da inscrição, de acordo com os critérios de julgamento previamente definidos pela Congregação e abaixo discriminados:

9.2.2. São critérios para avaliação de análise do Plano de Trabalho:

O Plano de Trabalho será avaliado como instrumento para aferição do potencial acadêmico do candidato, não sendo considerado como um rol exaustivo de ações a serem necessariamente executadas. O projeto de pesquisa, que compõe o plano de trabalho, deve ser considerado como uma proposta potencialmente factível, não se exigindo sua implementação imediata. A avaliação deverá considerar a adequação do plano de trabalho ao perfil desejado, conforme descrito no edital, bem como aspectos formais comumente analisados no ambiente acadêmico, nos seguintes termos:

- a) Ensino
 - 1.coerência da proposta com o perfil desejado;
 - 2.uso de conceitos e referências atualizadas em relação ao ensino e à avaliação;
 - 3.profundidade da proposta quanto à efetiva descrição das atividades previstas em cada disciplina;
- b) Pesquisa
 - 1.Originalidade;
 - 2.relevância científica e/ou impacto social;
 - 3.adequação da proposta aos aspectos formais de um projeto de pesquisa;
 - 4.coerência com o perfil desejado;
- c) Extensão
 - 1.adequação da proposta ao conceito de extensão universitária;
 - 2.coerência da proposta com o perfil desejado para a vaga;
 - d)Assistência
 - 1.Adequação da proposta à área do concurso, conforme descrição do edital.

9.2.3. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova de análise de Plano de Trabalho.

9.3. Da prova de títulos

9.3.1. Na prova de títulos, a Comissão Julgadora apreciará o Memorial elaborado e comprovado pelo candidato no ato da inscrição.

9.3.2. Os títulos a serem considerados e os critérios de julgamento seguem descritos abaixo:

Na avaliação da prova de títulos deverá ser considerado o conjunto da produção acadêmica do candidato tendo como referência as seguintes premissas:

I- Potencial de contribuição para a área, tendo como base o perfil descrito no edital;

II- Momento da carreira de cada candidato;

III- Avaliação temporal da produção em relação ao momento da avaliação, sem desconsiderar elementos que possam justificar interrupções temporárias na produção acadêmica;

IV- Evidência de produção e/ou potencial com liderança e protagonismo;

V- Evidência do potencial de contribuir para relevância da instituição;

Parágrafo único - Para fins de julgamento da prova de títulos serão considerados os seguintes documentos:

I- Título de Graduação;

II- Título de Especialização;

III- Título de Mestrado;

IV- Título de Doutorado;

V- Título de Mestrado Profissional;

VI- Pós-Doutorado;

VII- Publicações acadêmico-científicas (artigos, livros, capítulos de livros, etc);

VIII- Publicações em revistas de circulação nacional/indexadas;

IX- Publicações em revistas de circulação internacional/indexadas;

X- Experiência docente;

XI- Experiência profissional;

XII- Participação em atividades de extensão;

XIII- Atividades acadêmicas durante a graduação (iniciação-científica, monitoria, estágio);

XIV- Recebimento de bolsa ou apoio para pesquisa;

XV- Participação ou coordenação em projeto de pesquisa;

XVI- Premiação e distinção acadêmica;

XVII- Assessoria e consultoria;

XVIII- Patentes ou propriedades intelectuais registradas;

9.3.3. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova de Títulos.

9.4. Da prova didática

9.4.1. A prova didática versará sobre um dos temas listados no Anexo VI deste edital, à escolha do candidato.

9.4.2. A prova didática terá duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, e nela o candidato desenvolverá o assunto do tema escolhido, vedada a simples leitura do texto da aula, mas facultando-se, com prévia aprovação da Comissão Julgadora, o emprego de roteiros, apontamentos, tabelas, gráficos, dispositivos ou outros recursos pedagógicos utilizáveis na exposição.

9.4.3. A Comissão Julgadora poderá ou não descontar pontos quando o candidato não atingir o tempo mínimo ou exceder o tempo máximo pré-determinado para as provas didática e de arguição.

9.4.4. São critérios para avaliação da prova didática:

I- Aderência ao tempo previsto;

II- Aderência da linguagem e do conteúdo ao público-alvo (no caso, alunos de graduação);

III- Organização da mensagem;

IV- Qualidade do material audiovisual;

V- Uso adequado de referências;

VI- Uso adequado de estratégias complementares de ensino;

VII- Capacidade de conciliar aprofundamento e erudição com os objetivos da aula e seu público-alvo.

9.4.5. Ao final da prova, cada examinador atribuirá ao candidato nota de 0 (zero) a 10 (dez).

9.5. Da prova de arguição

9.5.1. Na prova de arguição, o candidato poderá ser interpelado pela Comissão Julgadora sobre:

I- a matéria do programa da disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso;

II- o memorial apresentado e documentado na inscrição;

III- a prova didática;

IV- o plano de trabalho.

9.5.2. Cada integrante da Comissão Julgadora disporá de até 30 (trinta) minutos para arguir o candidato, que terá igual tempo para responder às questões formuladas.

9.5.3. Havendo acordo mútuo, a arguição poderá ser feita sob a forma de diálogo, respeitando, porém, o limite máximo de 01 (uma) hora para cada arguição.

9.5.4. São critérios para avaliação da prova de arguição:

A Prova de Arguição será avaliada de acordo com a descrição do perfil desejado no edital, sendo que a Comissão Julgadora deverá abordar questões que permita a avaliação dos seguintes itens:

I- Conhecimento e capacidade de argumentação sobre temas ligados à atividade acadêmica;

II- Compreensão e visão crítica sobre o papel docente na área a que se destina a vaga;

III- Evidências de que o candidato domina com profundidade esperada as propostas apresentadas no Plano de Trabalho;

IV- Potencial de autonomia e liderança de projetos de pesquisa, ensino e extensão com base na descrição do perfil desejado;

V- Adequação da trajetória acadêmica do candidato às metas assistenciais estabelecidas no perfil desejado.

9.5.5. Ao final da prova, cada examinador atribuirá ao candidato nota de 0 (zero) a 10 (dez).

10. DA APLICAÇÃO DAS PROVAS

10.1. Na definição dos horários de realização das provas será considerado o horário oficial de Brasília/DF.

10.2. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora fixada para o seu início, sendo de sua exclusiva responsabilidade a identificação correta de seu local de prova.

10.2.1. O candidato deverá estar munido de seu documento de identificação original e demais materiais necessários para a realização da prova, conforme o caso.

10.3. Não será admitido o ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

10.3.1. Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferentes dos predeterminados em edital, salvo prévio comunicado da Comissão Julgadora.

10.4. O não comparecimento às provas, por qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do certame.

10.5. Havendo provas de caráter eliminatório, estas devem ocorrer no início do concurso e seus resultados divulgados antes da sequência das demais provas.

10.6. Participarão das demais provas apenas os candidatos aprovados nas provas eliminatórias.

10.7. As provas orais do presente concurso público serão realizadas em sessão pública. É vedado aos candidatos participantes da Fase II do concurso assistir às provas dos demais candidatos.

11. DO JULGAMENTO DAS PROVAS E DA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

11.1. Compete à Comissão Julgadora avaliar as provas de acordo com os critérios definidos no edital, registrar todas as ocorrências do concurso nas atas de cada prova, preencher adequadamente os formulários com as notas atribuídas a cada candidato em cada uma das provas, na Área do Examinador do sistema de concurso.

11.1.1. As provas didática e de arguição são orais e deverão ser realizadas na presença de todos os membros da Comissão Julgadora.

11.2. Ao final da Fase I (eliminatória), cada examinador atribuirá a cada prova do candidato uma nota em números decimais de 0 (zero) a 10 (dez), observado o item 8.2 deste edital.

11.2.1. Serão considerados habilitados na Fase I os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 07 (sete) de pelo menos 03 (três) dos 05 (cinco) membros da Comissão Julgadora na prova ou em cada uma das provas desta Fase, conforme o caso.

11.2.2. Para fins de classificação na Fase I, será observada a seguinte regra:

I- caso a Fase I contenha apenas uma prova, a classificação dos candidatos se dará de acordo com a média das notas atribuídas pelos examinadores na referida prova;

II- caso a Fase I contenha mais de uma prova, a classificação dos candidatos se dará de acordo com a média ponderada das notas atribuídas pelos examinadores nas referidas provas, sendo a nota final a média das notas finais conferidas por cada examinador.

11.2.3. Serão convocados para a Fase II os 8 (oito) primeiros classificados dentre os candidatos habilitados na Fase I, conforme subitem 11.2.2, respeitando-se os empates ocorridos na última colocação dentre os convocados.

11.2.3.1. Além dos convocados previstos no item 11.2.3, serão também convocados até (02) dois candidatos inscritos como PCD habilitados nos termos do item 11.2.1, respeitados os empates ocorridos na última colocação, mas cujas notas não tenham permitido sua inclusão na lista dos 8 primeiros classificados, sem prejuízo daqueles candidatos PCDs que integrem a referida lista.

11.2.3.2. A classificação para selecionar os candidatos para a Fase II não será considerada na sequência do concurso e para classificação final.

11.2.4. Serão eliminados do concurso os candidatos não habilitados na Fase I e aqueles que, embora habilitados, tenham obtido nota inferior aos 8 (oito) primeiros classificados.

11.2.5. O resultado final da Fase I será divulgado no endereço "inscricoes.unicamp.br".

11.2.5.1. Caberá recurso do resultado da Fase I, no prazo de 01 (um) dia útil, contado da divulgação prevista no item anterior, o qual será decidido pela Comissão Julgadora, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, providenciando a divulgação do resultado da análise do recurso no endereço "inscricoes.unicamp.br".

11.3. Na Fase II do concurso, após a realização de cada prova, os membros da Comissão Julgadora atribuirão notas individualmente a cada um dos candidatos, em números decimais de 0 (zero) a 10 (dez).

11.4. As notas atribuídas à Prova de Títulos serão divulgadas no endereço "inscricoes.unicamp.br", logo após sua realização e correção. As notas das demais provas da Fase II serão divulgadas ao final de todas as provas.

11.5. Cada examinador calculará a nota final de cada candidato no concurso pela média ponderada das notas por ele atribuídas em cada prova, tanto da Fase I, como da Fase II.

11.5.1. As notas serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a cinco e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a cinco.

11.6. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem nota final mínima igual ou superior a 07 (sete) de no mínimo 03 (três) dos 05 (cinco) examinadores.

11.7. Os candidatos habilitados nos termos do item anterior serão classificados por cada um dos examinadores de acordo com a ordem decrescente das notas finais por ele atribuídas, o que será considerado em um quadro final de notas. No caso de empate, o próprio examinador fará o desempate dos candidatos, segundo os seguintes critérios:

I- idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme art. 27, parágrafo único, da Lei federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso);

II- a maior nota obtida na prova didática;

III- a maior nota obtida na prova de títulos;

IV- candidato que tiver exercido a função de jurado nos termos da Lei Federal nº 11.689/2008.

11.7.1. Candidatos não habilitados não constarão do quadro final de notas.

11.7.2. Além do quadro de notas previsto no item 11.7, será elaborado um quadro com a classificação dos candidatos inscritos como PCD e habilitados nos termos do item 11.6, aplicando-se para esses candidatos o quanto previsto no item 6 deste edital.

11.8. Considerando o quadro final de notas, o primeiro colocado será o candidato que obter a primeira posição do maior número de membros da Comissão Julgadora.

11.8.1. O empate na classificação do primeiro colocado será decidido pela Comissão Julgadora, prevalecendo sucessivamente:

I- idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme art. 27, parágrafo único, da Lei federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso);

II- a maior média obtida na prova didática;

III- a maior média obtida na prova de títulos;

IV- candidato que tiver exercido a função de jurado nos termos da Lei Federal nº 11.689/2008.

11.8.2. Para os fins previstos nos incisos II e III do item 11.8.1, as médias obtidas na prova didática e na prova de títulos corresponderão à média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Comissão Julgadora ao candidato, que serão computadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a cinco e

aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a cinco.

11.9. Para fins de classificação final do segundo colocado, o quadro final será refeito, com a retirada do nome do candidato classificado em primeiro lugar nos termos do item 11.8 de todas as posições que eventualmente ocupe no quadro final de notas. Novo quadro final será elaborado, observada sempre a ordem decrescente das notas finais prevista no item 11.7. O segundo colocado será o candidato que ocupar a primeira posição neste novo quadro do maior número de membros da Comissão Julgadora.

11.10. Procedimento idêntico ao previsto no item anterior será efetivado subsequentemente até a classificação do último candidato habilitado.

11.11. Ao final das provas será realizada sessão pública em que serão divulgadas as notas atribuídas a cada candidato por cada um dos examinadores nas diferentes provas, bem como a relação provisória dos candidatos habilitados e a classificação final, informações que serão publicadas no endereço "inscricoes.unicamp.br".

11.11.1. Caberá recurso do resultado publicado nos termos do item 11.11, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da sua publicação no endereço "inscricoes.unicamp.br", mediante formulário eletrônico encontrado na Área do Candidato, acessível no mesmo endereço.

11.11.2. O recurso deverá ser dirigido à Comissão Julgadora, que terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para decisão, a qual será publicada no endereço "inscricoes.unicamp.br".

11.12. A Comissão Julgadora, em sessão reservada, após a divulgação das notas e a apuração dos resultados, emitirá parecer circunstanciado sobre o resultado do concurso, justificando a classificação final. Esse parecer deverá conter tabelas e/ou textos com as notas, as médias e a classificação dos candidatos.

11.12.1. Poderão ser acrescentados ao relatório da Comissão Julgadora os relatórios individuais de seus membros.

11.12.2. O parecer circunstanciado será publicado no endereço "inscricoes.unicamp.br".

12. DO RESULTADO FINAL

12.1. Decido o eventual recurso previsto no item 11.11.1, o resultado final do concurso, com as notas e classificação dos candidatos, será publicado no Diário Oficial do Estado - DOE.

12.2. O resultado final do concurso será submetido à apreciação da Congregação da Unidade e encaminhado à CEPE para homologação.

13. DOS RECURSOS

13.1. Será admitido recurso quanto:

a) ao indeferimento da inscrição, conforme subitem 3.9.1;

b) ao indeferimento da solicitação de condições especiais, conforme subitem 4.6.1;

c) ao indeferimento da solicitação da candidata lactante, conforme subitem 5.5.1;

d) ao indeferimento da inscrição de candidato como pessoa com deficiência, conforme subitem 6.4.1;

e) à composição da Comissão Julgadora, conforme subitem 7.8.2;

f) ao resultado da Fase I, conforme subitem 11.2.5.1;

g) ao resultado preliminar do concurso e relação provisória dos candidatos habilitados e a classificação final, conforme subitem 11.11.1;

13.2. Os recursos devem ser interpostos por meio de formulário disponível na Área do Candidato, acessível pelo endereço "inscricoes.unicamp.br".

13.2.1. Não serão aceitos recursos apresentados por qualquer outro meio tais como correio, correio eletrônico.

13.3. O prazo para interposição do recurso será contado a partir do 12 dia útil subsequente à data do evento a ser recorrido.

13.3.1. Recursos extemporâneos e recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado não serão recebidos.

13.4. Serão indeferidos os recursos:

a) cujo teor desprezite a Comissão Julgadora;

b) que estejam em desacordo com as especificações contidas neste edital;

c) cuja fundamentação não corresponda ao evento recorrido;

d) sem fundamentação e/ou com fundamentação inconsistente, incoerente ou os intempestivos;

e) encaminhados por meio da imprensa e/ou de "redes sociais online".

13.5. Não caberá recurso adicional contra decisão que decide recurso.

14. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

14.1. Além da aprovação no presente concurso público, são requisitos para admissão no cargo de Professor Doutor:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou cidadão Português a quem foi deferida a igualdade, nas condições previstas pelo Decreto Federal nº 70.436/72, ou estrangeiro a quem foi autorizada a residência para fins de trabalho nos termos das Resoluções Normativas do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) nºs 01/2017 e 02/2017;

b) Ter completado 18 anos de idade na data da admissão;

c) Não ter sofrido penalidade de demissão ou demissão a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) ou 10 (dez) anos, respectivamente;

d) possuir Título de Doutor;

e) estar em dia com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino;

f) estar em pleno gozo dos direitos políticos;

g) estar quite com as obrigações eleitorais;

h) ter bons antecedentes criminais;

i) gozar de boa saúde física e mental, estando apto para o exercício do cargo, sem qualquer restrição, observadas as disposições dos subitens 6.9 a 6.15 deste edital.

14.2. O candidato não deverá ocupar cargos, empregos ou funções públicas ou receber proventos de aposentadoria, ressalvados os cargos acumuláveis previstos no art. 37, inciso XVI da Constituição Federal e Decreto Estadual nº 41.915/97.

15. DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

15.1. A convocação para admissão obedecerá à rigorosa ordem de classificação e o número de cargos disponibilizados para este concurso público, observados os subitens 6.8 a 6.8.2 deste edital.

15.1.1. O candidato será convocado através de edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado - DOE, após aprovação de sua nomeação pela Câmara de Administração.

15.2. O(A) candidato(a) convocado(a) para provimento do cargo deverá, no prazo indicado no edital de convocação, comprovar que possui

os requisitos exigidos para participação neste Concurso Público, mediante a entrega de:

a) Cópia simples da Carteira de Identidade (RG) ou da Carteira de Identidade Nacional (CIN) ou do Registro de Identidade Civil (RIC) ou do Registro Nacional Migratório (RNM);

b) Cópia simples do Passaporte, se estrangeiro;

c) Cópia simples do Certificado de Reservista de 1ª ou 2ª categoria ou do Certificado de Dispensa de Incorporação ou de Isenção do Serviço Militar (se do sexo masculino);

d) Certidão de Quitação Eleitoral;

e) Cópia simples do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

f) Cópia simples do Cartão do PIS/PASEP (se possuir);

g) Cópia simples do título de DOUTOR, válido em território nacional.

Caso o título de Doutor tenha sido obtido no exterior, o reconhecimento do referido título, para fins de validade nacional, deverá ocorrer durante o período do estágio probatório, sob pena de demissão;

h) Declaração assinada atestando não ter sido demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual ou municipal em consequência de processo administrativo ou a bem do serviço público, bem como não ter sido demitido por justa causa de emprego público de autarquia, fundação, empresa pública, ou sociedade de economia mista, instituídas por órgãos da administração federal, estadual ou municipal, em especial da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP;

i) Atestado de antecedentes criminais negativo, cuja comprovação deverá se dar pela apresentação dos documentos abaixo, emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, ou dentro do prazo de validade consignado no documento:

i.1) Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo Departamento de Polícia Federal;

i.2) Atestado de Antecedentes Criminais emitido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, se residente no Estado de São Paulo;

i.3) Atestado de Antecedentes Criminais emitido pelos estados onde o(a) candidato(a) houver residido ou exercido cargo ou função pública nos últimos 5 (cinco) anos.

j) "Declaração de Não Cumulatividade" ou "Declaração de Cumulatividade" para os fins previstos na legislação pertinente", ambas assinadas, especificamente para atendimento ao artigo 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal para comprovação de que a acumulação está de acordo com a legislação vigente para o caso de candidato aprovado neste Concurso Público que exerça outro cargo ou função pública ou esteja aposentado pelo regime próprio de previdência social dos servidores públicos;

k) Cópia da Certidão de Casamento, caso seja casado;

l) Cópia da última declaração de Imposto de Renda entregue à Secretaria da Receita Federal ou Declaração de Bens, de acordo com a Lei nº 8.429/92;

m) Certificado de Sanidade e Capacidade Física (CSCF) emitido pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado - DPME, conforme subitem 15.3.

n) Outros documentos que porventura se façam necessários, a critério da UNICAMP.

15.2.1. Após homologação do resultado final do concurso pela CEPE, o(s) candidato(s) classificado(s) para o(o)s cargo(s) de abertura serão orientado(s) pela Unidade à apresentação obrigatória de currículo vitae atualizado, projeto de pesquisa e plano de atividades didáticas e de extensão para ingresso no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa.

15.3. Para comprovação do subitem 15.2 "m" deste edital, o candidato deverá realizar perícia médica oficial para fins de ingresso, a ser agendada no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da realização de seu cadastro de notificação feito pela UNICAMP, observado o procedimento descrito no subitem 6.9 para candidatos com deficiência.

15.3.1. Por ocasião da avaliação médica para fins de ingresso, o candidato deverá apresentar os laudos dos exames obrigatórios, especificados a seguir, conforme disposto na Resolução SPG nº 18, de 27/04/2015, alterada pela Resolução SOG nº 14, de 21/06/2022, cabendo ao candidato providenciá-los em tempo hábil e às próprias custas.

a) Hemograma completo - validade: 06 meses;

b) Glicemia de jejum - validade: 06 meses;

c) PSA prostático (para homens acima de 40 anos de idade) - validade: 12 meses;

d) TGO-TGP-Gama GT - validade: 06 meses;

e) Ureia e creatinina - validade: 06 meses;

f) Eletrocardiograma (ECG) com laudo (candidatos acima de 40 anos) - validade: 06 meses;

g) Raios X de tórax com laudo - validade: 06 meses;

h) Avaliação oftalmológica (com teste de acuidade visual) - validade: 90 dias;

i) Audiometria tonal e vocal - validade: 90 dias.

15.3.2. A critério do médico perito, poderá ser solicitado um parecer de especialista, bem como a apresentação de exames ou relatórios médicos complementares, cabendo ao candidato providenciá-los em tempo hábil e às próprias custas.

15.3.3. O candidato que deixar de comparecer à convocação para a realização de perícia médica complementar será considerado "não apto".

15.3.4. O candidato impossibilitado de realizar qualquer dos exames previstos no subitem 15.3.1 deverá apresentar relatório médico.

15.3.5. Os prazos legais e normas gerais referentes aos exames e avaliações médicas para fins de ingresso, constam da Resolução SPG nº 18, de 27/04/2015, alterada pela Resolução SOG nº 14, de 21/06/2022.

15.4. A inexistência ou irregularidade da comprovação do disposto no subitem 15.2 deste edital eliminará o candidato do Concurso Público.

15.5. O candidato somente será nomeado no cargo e entrará em exercício após:

a) análise positiva dos documentos solicitados por ocasião da convocação para admissão; e

b) publicação oficial do resultado da avaliação médica para fins de admissão a que foi submetido pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado - DPME e que comprove sua boa saúde física e mental, bem como aptidão para o exercício do cargo, sem qualquer restrição.

15.6. O candidato será considerado desistente e excluído tacitamente deste Concurso Público quando não comparecer às convocações na data estabelecida ou manifestar sua desistência por escrito.

15.7. A admissão para o cargo se dará nos termos do Estatuto dos Servidores da Universidade (ESUNICAMP).

15.8. O candidato terá 30 (trinta) dias a partir da publicação de sua admissão no Diário Oficial do Estado - DOE para entrar em exercício. O não atendimento do prazo será considerado como desistência do cargo por parte do candidato.

15.9. O candidato admitido deverá cumprir estágio probatório referente a um período de 03 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual será submetido à avaliação especial de desempenho, nos termos da legislação aplicável à UNICAMP. Passado o período do estágio probatório e tendo sido considerado apto, o admitido passará a gozar da estabilidade prevista no Artigo 41, § 4º da Constituição Federal.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As convocações, avisos e resultados do concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado - DOE e/ou estarão disponíveis no endereço "inscricoes.unicamp.br", sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

16.2. Os prazos previstos neste edital e nos editais posteriores do concurso serão contados a partir do 1º dia útil subsequente à data da publicação no Diário Oficial do Estado - DOE ou da divulgação no endereço "inscricoes.unicamp.br", conforme o caso.

16.3. Qualquer alteração nas regras do concurso somente poderá ser feita por meio de Edital de Retificação.

16.3.1. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da convocação dos(as) candidatos(as) para as Provas correspondentes, circunstância que será mencionada em Edital a ser publicado.

16.4. Será eliminado do concurso público o candidato que deixar de atender às convocações da Comissão Julgadora e/ou não comparecer a qualquer uma das provas, exceto a prova de títulos e análise de planos de trabalho.

16.5. O candidato deverá manter atualizados seus endereços físico e eletrônico, bem como seus telefones de contato, enquanto estiver participando deste Concurso e no período subsequente, se aprovado, sendo de sua inteira responsabilidade os prejuízos decorrentes da não atualização de seus dados para contato.

16.6. Não serão fornecidos atestados, declarações, certificados ou certidões relativas à habilitação, classificação ou nota de candidatos, valendo, para tal fim, as publicações dos resultados, bem como a homologação do resultado do Concurso.

16.7. O prazo de validade do concurso será de 01 (um) ano, a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado - DOE da homologação dos resultados pela Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

16.7.1. Durante o prazo de validade do concurso poderão ser providos os cargos que vierem a vagar, para aproveitamento de candidatos aprovados na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso.

16.8. O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-04/2025, e Deliberação CEPE-A-12/2025, que estabelece os requisitos e procedimentos internos da Faculdade de Ciências Médicas para a realização dos concursos.

16.8.1. Cópia das normas mencionadas no presente edital poderá ser obtida no site www.pg.unicamp.br ou junto à Secretaria da Faculdade de Ciências Médicas que poderá prestar quaisquer outras informações relacionadas ao concurso público.

ANEXOS

- I- Cronograma
- II- Programa das disciplinas em concurso
- III- Programa do concurso - objeto das provas
- IV- Orientação para elaboração do Plano de Trabalho
- V- Formulário de requerimento de uso de nome social
- VI- Lista de temas da Prova Didática

ANEXO I - CRONOGRAMA

ITEM	ATIVIDADE	DATA PREVISTA*
1	Período de inscrições - incluindo: requerimento do uso de nome social; inscrição de candidato deficiente; pedido de condição especial para realização da prova e requerimento de candidata lactante	1º semestre de 2026
2	Publicação de edital com a relação das inscrições deferidas e indeferidas e das decisões dos requerimentos	1º semestre de 2026
3	Prazo para recurso contra indeferimento de inscrição ou requerimentos indeferidos	1º semestre de 2026
4	Edital de divulgação da análise do recurso	1º semestre de 2026
5	Publicação de Edital com lista de candidatos com inscrição definitiva deferida, composição da Comissão Julgadora e calendário de provas	2º semestre de 2026
6	Prazo para recurso contra composição da Comissão Julgadora	2º semestre de 2026
7	Edital de divulgação da análise do recurso	2º semestre de 2026
8	Aplicação da(s) prova(s) da Fase I	2º semestre de 2026
9	Prazo para recurso contra o resultado da Fase I	2º semestre de 2026

		re de 2026
10	Edital de divulgação da análise do recurso	2º semestre de 2026
11	Aplicação das provas da Fase II	2º semestre de 2026
12	Sessão pública para divulgação das notas, habilitação e classificação dos candidatos	2º semestre de 2026
13	Prazo para recurso contra o resultado provisório do concurso	2º semestre de 2026
14	Edital de divulgação da análise do recurso	2º semestre de 2026
15	Divulgação do parecer circunstanciado da Comissão Julgadora com o resultado final do concurso no endereço "inscricoes.unicamp.br"	2º semestre de 2026
16	Publicação do resultado final no Diário Oficial do Estado com notas e classificação dos candidatos	2º semestre de 2026
17	Homologação do concurso	1º semestre de 2027

*O cronograma poderá sofrer alterações

ANEXO II - PROGRAMA DAS DISCIPLINAS EM CONCURSO

A) Disciplinas para graduação em Medicina (Catálogo de Cursos 2025):
https://www.dac.unicamp.br/sistemas/catalogos/grad/catalogo2025/curso_s/15g/curriculo.h

1) MD-171 - Prática Médica I. Primeiro Ano/1º período 15 horas de atividades teóricas e 45 horas de atividades práticas. EMENTA Introdução a profissão médica. Comunicação (introdução à anamnese) e habilidades médicas fundamentais para a prática da profissão. OBJETIVOS DA DISCIPLINA Desenvolver habilidades fundamentais para a prática médica e abordar questões relacionadas ao profissionalismo. COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS NA DISCIPLINA HABILIDADES DE COMUNICAÇÃO ● Desenvolver habilidades de comunicação interpessoal por meio de jogos teatrais ● Conhecer os temas propulsores da comunicação interpessoal ● Compreender a importância da empatia na atuação médica ● Desenvolver competência para iniciar uma conversa ● Conhecer e aplicar conceitos de escuta sensível e ativa ● Conhecer o conceito de empatia e resiliência ● Gerenciar emoções e administrar conflitos BLS (PRIMEIROS SOCORROS) ● Reconhecer um cenário de emergência ou trauma, sinalizar adequadamente e solicitar socorro (Cirurgia) ● Proceder manobras de desobstrução de via aérea (Emergência) ● Utilizar corretamente o desfibrilador externo automático (Emergência) ● Atuar em reanimação cardiopulmonar (Emergência) ● Introduzir conceitos de assistência ao parto (GO) ● Aspectos éticos e técnicos da consulta da saúde da mulher (GO) ● Realizar aferição de pulso e pressão arterial (Clínica médica) ● Administrar medicamento intramuscular e subcutâneo. (Clínica médica) ● Manejar paciente pediátrico durante crise convulsiva e situação de obstrução de via aérea (Pediatria) ● Reconhecer situações de alarme no trauma da criança (Pediatria)

2) MD-172 - Prática Médica II (Primeiro Ano/2º período) 30 horas de atividades práticas. Ementa: Habilidades médicas fundamentais e suporte médico de vida.

- OBJETIVOS DA DISCIPLINA Desenvolver habilidades médicas e a comunicação com o paciente.
 - COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS NA DISCIPLINA HABILIDADES MÉDICAS ● Identificar sangramentos venosos e arteriais (Cirurgia) ● Utilizar técnica de controle de hemostasia (Cirurgia) ● Reconhecer crise convulsiva (Emergência) ● Reconhecer risco de aspiração e trauma durante crise convulsiva, orientando medidas protetivas (Emergência) ● Identificar procedimentos não recomendados durante crise convulsiva (Emergência) ● Reconhecer engasgo (Emergência) ● Realizar técnicas de desobstrução das vias aéreas (Emergência) ● Aferir PA, pulso, temperatura e frequência respiratória (GO) ● Identificar edema e estado de consciência (GO) ● Reconhecer sinais de gravidade a partir da identificação de sinais vitais (GO) ● Avaliar coramento, hidratação, cianose, icterícia, padrão respiratório, edema e palpação de linfonodos (Clínica médica) ● Mensurar peso, comprimento, estatura e perímetro cefálico (Pediatria) ● Plotar no gráfico e interpretar dados antropométricos (Pediatria) ● Identificar os principais marcadores neurológicos do primeiro ano de vida (Pediatria) ● Reconhecer os grupos alimentares e suas propriedades (Pediatria).

- COMUNICAÇÃO E INTERPROFISSIONALISMO ● Elaborar o heredograma com três gerações utilizando os símbolos padronizados internacionalmente. ● Reconhecer os padrões clássicos de herança ● Iniciar a comunicação com o paciente para a construção do heredograma. ● Realizar administração de medicamentos pelas vias intramuscular e subcutâneo. ● Avaliar feridas agudas e crônicas e realizar curativos. ● Realizar e/ou auxiliar a mobilização de paciente em diferentes situações da prática clínica.

3) MD-229 - Habilidades Clínicas II (Segundo ano/2º período) 30 horas de atividades práticas. EMENTA Desenvolvimento de habilidades médicas e simulação. Continuidade da prática no treinamento de habilidades.

- OBJETIVOS DA DISCIPLINA Realizar a anamnese e exame físico da criança. Identificar fatores de risco para defeitos congênitos. Realizar anamnese em genética. Desenvolver habilidades básicas relacionadas a

trauma geral, neurotrauma e cenários com múltiplas vítimas. Desenvolver habilidades relacionadas às técnicas cirúrgicas.

- COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS NA DISCIPLINA ● Desenvolver habilidade de comunicação relacionada a história da criança e do adolescente. ● Identificar de risco para defeitos congênitos. ● Realizar anamnese com foco em defeitos congênitos ● Identificar risco e defeitos congênitos. Realizar o exame físico da criança e do adolescente. ● Reconhecer os principais sintomas e sinais das síndromes do traumatizado ● Executar adequadamente, em escala crescente, os cuidados básicos imediatos nas principais urgências do traumatizado ● Desenvolver treinamento de primeiros socorros para pessoas da comunidade ● Desenvolver habilidades iniciais para atendimento ao paciente em cenário de múltiplas vítimas ● Treinar habilidades relacionadas a aplicação de técnicas cirúrgicas para formação médica ● Capacitar o aluno a executar procedimentos fundamentais à assistência ao paciente, comuns na prática diária de um médico.

4) MD-643- Semiologia e Propedêutica (3º ano Graduação em Medicina) Ementa: Atividades Teóricas e Práticas em Semiologia e Propedêutica com participação na assistência diária aos pacientes do Hospital de Clínicas da Unicamp. Atividades Teóricas práticas de semiologia e propedêutica pediátrica. Objetivos do Módulo/Pediatria: Objetivos Gerais: Contribuir para a formação do médico, fundamentando a noção de que criança é um ser humano em desenvolvimento e possibilitando ao aluno desenvolver habilidades para realização da semiótica e anamnese em pediatria, identificando as situações de risco, objetivando a atenção integral à saúde da criança e do adolescente. Objetivos Específicos: Desenvolver habilidades na realização da semiologia da criança e identificar desvios da normalidade; Identificar na anamnese os fatores de risco para a saúde da criança, principalmente no que tange ao interrogatório sobre as funções fisiológicas, antecedentes gestacionais, perinatais e familiares, desenvolvimento, alimentação e ambiente (moradia e estrutura familiar); Reconhecer as relações entre condições de vida e riscos para a saúde das crianças e adolescentes; Reconhecer a relevância da família para o desenvolvimento das crianças e adolescentes; Identificar desvios do crescimento e utilizar corretamente as curvas utilizadas como referência; Identificar os desvios do desenvolvimento; Conhecer a nomenclatura e conceituação utilizada na área de perinatologia; Desenvolver habilidades para realização da anamnese perinatal; Conhecer as curvas de crescimento intrauterino e saber utilizá-las no diagnóstico neonatal; Desenvolver habilidades na realização do exame físico do recém nascido normal; Conhecer o calendário vacinal e valorizar a vacinação precoce das crianças; Reconhecer as peculiaridades de cada vacina, seus efeitos adversos e contraindicações; Reconhecer a importância do aleitamento materno e saber estimulá-lo; Estabelecer hipótese diagnósticas ao estado nutricional, estado vacinal, desenvolvimento neuropsicomotor e às eventuais doenças mais comuns encontradas na infância; Aprender as técnicas de avaliação do crescimento e da puberdade. Temas abordados/ Pediatria: Anamnese e exame físico; Alimentação da criança; crescimento e desenvolvimento neuropsicomotor; imunização; puberdade.

5) MD-941 - Atenção Integral à saúde da criança e do adolescente I (5º ano Graduação em Medicina/Internato) Ementa: Propiciar condições para aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes para os cuidados de saúde da criança e do adolescente. Para este propósito serão realizadas atividades teóricas e práticas em serviços com atuação em Pediatria Clínica abrangendo Atenção Primária, Ambulatório, Enfermaria Geral, Urgência, Neonatologia. Ética. Esta disciplina será oferecida em 48 semanas sob a forma de rodízio, onde cada aluno deverá cumprir 11 semanas e será oferecida concomitantemente à disciplina MD951. Objetivos Gerais: Proporcionar ao estudante de Medicina o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas ao cuidado de saúde do recém-nascido, da criança e do adolescente. Contribuir para a formação do médico através do desenvolvimento do raciocínio clínico, da compreensão do processo diagnóstico e terapêutico e da prática da relação médico-paciente em situação ambulatorial (Atenção Básica à Saúde e Ambulatorial de nível secundário e terciário) de internação hospitalar (enfermaria geral e alojamento conjunto). Ensinar ao aluno do internato de medicina a conduta e terapêutica das doenças cirúrgicas pediátricas mais prevalentes. Os cenários de prática disponíveis para os aperfeiçoamento das habilidades são: Enfermaria e Ambulatório de Pediatria no HC-Unicamp; Alojamento Conjunto, Ambulatório de Neonatologia (PARRA) e Centro Obstétrico - Caism - Unicamp e Unidades básicas de Saúde. Objetivos específicos: Realizar anamnese e exame físico completo da criança e do adolescente, registrando as informações de modo claro e ordenado, valorizando as mais relevantes. Acompanhar e registrar adequadamente a evolução de crianças sadias ou doentes Realizar prescrição (sob supervisão) reconhecendo a importância da adequação da dieta, do calendário vacinal e das doses de medicamentos à idade e à massa corpórea do paciente Conversar com o paciente e seus acompanhantes sobre a evolução clínica, o prognóstico e o plano terapêutico de forma compreensível, esclarecendo as dúvidas e tranquilizando-os no que for possível. Reconhecer as dificuldades enfrentadas pela criança e adolescente doentes e sua família Integrar as informações referentes aos processos diagnóstico e terapêutico de casos que acompanham Indicar condutas diagnósticas e terapêuticas para situações mais comuns na prática pediátrica Apresentar os casos clínicos de forma circunstanciada e coerente à situação Realizar prescrição de um paciente internado, sob supervisão, calculando as necessidades hidroeletrólíticas e nutricionais e a dose de medicamentos em função do peso ou superfície corporal da criança Integrar as informações referentes aos processos diagnóstico e terapêuticos de casos que acompanhe ou que venha a conhecer através de prontuários e, para tanto, buscar informações teóricas que lhe faltar, de modo a ter compreensão clara do conjunto do caso. Esclarecer dúvidas sobre questões clínicas a partir de pesquisa bibliográfica Reconhecer a importância da coordenação da atividade dos profissionais envolvidos no cuidado do paciente para agiliação dos procedimentos diagnósticos e terapêuticos e consequente diminuição do tempo de internação Elaborar a história obstétrica da gestante admitida no Centro Obstétrico Acompanhar o trabalho de parto, parto e contato pele a pele Fazer recepção de recém nascidos (RN) normais em sala de parto Reconhecer os fatores de risco de morbidade e mortalidade do RN Classificar o RN quanto à sua vitalidade e maturidade Elaborar adequadamente a história neonatal Examinar adequadamente o RN Reconhecer as condições clínicas mais comuns aos RNs em alojamento conjunto e indicar sua

terapêutica Manter ordenado, correto e completo o prontuário do paciente Orientar a alimentação do RN normal Orientar as mães nas suas dificuldades em relação à amamentação Dar cuidados gerais ao RN e saber orientar as mães quanto a esses cuidados Avaliar e orientar alta hospitalar do RN em alojamento conjunto Reconhecer o RN de alto risco Encaminhar o RN de alto risco para centros de maior complexidade Acompanha-los no setor de internação como observador Saber avaliar o processo de crescimento e o estado nutricional Formular as hipóteses diagnósticas concernentes a cada problema apresentado pelo paciente Elaborar o plano de investigação, o prognóstico e o seguimento de acordo com as hipóteses consideradas Elaborar prescrição e orientar os pais ou responsáveis pelo paciente sobre seus diagnósticos, prognósticos e conduta Conhecer o quadro clínico, a fisiopatologia, o diagnóstico diferencial e a terapêutica das doenças mais comuns na faixa etária pediátrica Compreender a dinâmica da vida em família e institucional da criança e do adolescente e sua relação com os problemas de saúde Acionar os mecanismos e ações de vigilância e proteção à saúde de criança e do adolescente no serviço de saúde, na comunidade e nas instituições Atuar em equipe na dinâmica do modelo de saúde vigente Definir o encaminhamento para os níveis de atendimento do Sistema de Saúde e o procedimento adequado Ao final do estágio o aluno deverá estar apto a conhecer o quadro clínico, a fisiopatologia, o diagnóstico diferencial e a terapêutica das principais patologias acompanhadas na pediatria. Temas abordados/ Enfermaria: Insuficiência Respiratória aguda. Pneumonias. Bronquiolites. Mecanismos fisiopatológicos da diarreia/hidratação. Diagnóstico diferencial do edema. Temas abordados durante o estágio da enfermaria: Quadro clínico, fisiopatologia, diagnóstico diferencial, plano de investigação e plano terapêutico das doenças que mais frequentemente requerem internação, tais como infecções (osteomielite, infecção do trato urinário, pneumonia, meningite, celulite orbitária), distúrbios eletrolítico e ácido básico, insuficiência respiratória aguda e crônica, cardiopatias, síndrome nefrítica, síndrome nefrótica, cetoacidose diabética; identificar a vulnerabilidade social e fazer a programação de alta hospitalar, incluindo o projeto terapêutico singular para encaminhar a UBS.

6) MD-131- Atenção integral à saúde da criança e do adolescente II. Sexto ano/Todos os períodos. 70 horas de atividades práticas. EMENTA Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes em relação ao cuidado da saúde da criança e do adolescente. Atividades em serviço em Unidades de Emergência Pediátrica de complexidade primária, secundária e terciária e prática de internação em Enfermaria Geral Pediátrica e de complexidades secundárias. Atividades teórico-práticas sobre as doenças pediátricas mais prevalentes. Ética. Esta disciplina será oferecida em 48 semanas sob a forma de rodízio, onde cada aluno deverá cumprir 6 semanas. OBJETIVOS DO MÓDULO 31. Objetivos gerais Esta disciplina proporciona ao estudante de Medicina o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas ao cuidado da saúde da criança e do adolescente nos níveis de atenção primário, secundário e terciário. Objetivos específicos • Urgência e Emergência Referenciada - HC. Realizar anamnese sumária e dirigida, conforme disposto na folha de atendimento da unidade e nos prontuários do hospital. Realizar exame físico geral por aparelhos. Formular hipóteses diagnósticas etiológicas. Solicitar exames complementares. Formular esquema terapêutico adequado. Realizar prescrição (sob supervisão). Orientar adequadamente o paciente e o responsável. Discriminar os casos clínicos que necessitem internação. Identificar os casos graves. Apresentar os casos clínicos de forma circunstanciada e de modo coerente. • Pediatria - Enfermaria HMP: Realizar anamnese e exame físico completo de uma criança doente, registrando as informações de modo claro e ordenado e valorizando os dados relevantes para cada caso. Acompanhar e registrar a evolução de uma criança internada anotando os dados de maior importância para o acompanhamento do caso. Realizar prescrição de um paciente internado, incluindo o cálculo das necessidades hidroeletrólíticas e nutricionais, e a dose de medicamentos. Integrar as informações obtidas e a partir delas elaborar as hipóteses diagnósticas pertinentes, indicando as condutas diagnósticas e terapêuticas. Unidade de Pronto Atendimento Metropolitano (PMC): Realizar anamnese sumária e dirigida, conforme disposto na folha de atendimento da unidade e nos prontuários da Unidade. Realizar exame físico geral e por aparelhos. Formular hipóteses diagnósticas etiológicas. Solicitar exames complementares. Formular esquema terapêutico adequado. Realizar prescrição (sob supervisão). Orientar adequadamente o paciente e o responsável. Discriminar os casos clínicos que necessitem internação. Identificar os casos graves. Apresentar os casos clínicos de forma circunstanciada e de modo coerente. 4. TEMAS ABORDADOS Ressuscitação cardiopulmonar. Insuficiência respiratória aguda. Choque. Arritmias cardíacas. Coma. Intoxicações exógenas. Traumatismo crânio-encefálico. Obstrução de vias aéreas superiores. Febre sem sinais localizatórios. Meningites virais e bacterianas. Emergências abdominais. Radiologia nas doenças prevalentes da infância.

b) Disciplinas da Pós Graduação Latu Sensu - Programas de Residência Médica <https://portal.fcm.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/58/2025/07/CATALOGO-2653846.pdf>

1) RP-021 - Urgência e Emergência em Pediatria I (R1 Especialização em Pediatria) Ementa: Por meio de acompanhamento e orientação contínua por docentes, médicos assistentes, preceptores e demais profissionais de saúde, capacitar o médico residente R1 no atendimento de crianças e adolescentes em situações de urgências e emergências, na Unidade de Emergência Referenciada de Pediatria.

2) RP-026 - Urgência e Emergência Pediátrica II (R2 Especialização em Pediatria) Ementa: Por meio de acompanhamento e orientação contínua por docentes, médicos assistentes, preceptores e demais profissionais de saúde, capacitar o médico residente R2 no atendimento de crianças e adolescentes em situações de urgências e emergências na Unidade de Emergência Referenciada de Pediatria para compreensão e aquisição de conhecimento dos principais aspectos a respeito de classificação, epidemiologia, etiologia, fisiopatologia, diagnóstico, procedimentos, protocolos de atendimento, terapêutica e demais aspectos relevantes das situações de vida, problemas e doenças associadas. O residente deve prestar atendimento médico imediato ao doente na unidade de urgência e emergência, ficando responsável por todos os aspectos relacionados à anotação e ao preenchimento do prontuário médico e ficha de atendimento, confecção de pedidos de exames, prescrições e receitas, declarações e relatórios para o paciente e seus familiares, assim como, laudos de encaminhamentos, interconsultas e quaisquer outras

providências necessárias relacionadas ao cuidado integral dos pacientes. Ficará responsável pelo atendimento do paciente enquanto na unidade e acompanhamento do paciente em transporte dentro e fora do local de internação e interação com outras áreas e instâncias se necessário. Participará das discussões de casos, aulas, seminários e apresentações de artigos e temas de acordo com o que for determinado pela disciplina. Participará das atividades teórico-práticas rotineiras programadas pelo Departamento de Pediatria. Durante o estágio há férias de 30 dias consecutivos, em esquema de rodízio, de acordo com escala previamente acordada com a área. Nesta disciplina há plantões de acordo com escala definida pelo Departamento.

3) RP-025 - Simulação em Emergência Pediátrica I Ementa: Programa de aulas práticas com manequim específico para a atividade de simulação em emergências pediátricas em temas de relevância. As aulas acontecerão uma vez por mês no Laboratório de Atividades da Faculdade de Ciências Médicas Unicamp em grupos de 4 a 5 alunos em esquema de rodízio, sob a supervisão de docentes e médicos assistentes da Área de Urgências e Emergências Pediátricas do Departamento de Pediatria, com discussão e revisão posterior de todas as atividades práticas realizadas. Estas atividades acontecerão durante todo o primeiro ano de residência em Pediatria.

4) RP-016 - Emergência Pediátrica (R1 Área de Atuação em Emergência Pediátrica) Ementa: Fornecer ao médico residente o subsídio teórico-prático para sua capacitação na assistência a agravos agudos à saúde que acometem crianças e adolescentes. As atividades serão desenvolvidas em unidades de Urgência e Emergência Pediátrica, Unidades de Terapia Intensiva Pediátrica e Neonatal, Centro de Controle de Intoxicações, serviços de Anestesiologia, Radiologia e Cardiologia Pediátrica, SAMU, Pronto-Atendimento Metropolitano de Campinas e Laboratório de Simulação Realística.

ANEXO III - PROGRAMA DO CONCURSO - OBJETO DAS PROVAS

A) Disciplinas para graduação em Medicina (Catálogo de Cursos Unicamp 2025): <https://www.dac.unicamp.br/sistemas/catalogos/grad/catalogo2025/cursos/15g/curriculo.h>

1) MD-171 - Prática Médica I. Primeiro Ano/1º período 15 horas de atividades teóricas e 45 horas de atividades práticas. EMENTA Introdução a profissão médica. Comunicação (introdução à anamnese) e habilidades médicas fundamentais para a prática da profissão. OBJETIVOS DA DISCIPLINA Desenvolver habilidades fundamentais para a prática médica e abordar questões relacionadas ao profissionalismo. COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS NA DISCIPLINA HABILIDADES DE COMUNICAÇÃO • Desenvolver habilidades de comunicação interpessoal por meio de jogos teatrais • Conhecer os temas propulsores da comunicação interpessoal • Compreender a importância da empatia na atuação médica • Desenvolver competência para iniciar uma conversa • Conhecer e aplicar conceitos de escuta sensível e ativa • Conhecer o conceito de empatia e resiliência • Gerenciar emoções e administrar conflitos BLS (PRIMEIROS SOCORROS) • Reconhecer um cenário de emergência ou trauma, sinalizar adequadamente e solicitar socorro (Cirurgia) • Proceder manobras de desobstrução de via aérea (Emergência) • Utilizar corretamente o desfibrilador externo automático (Emergência) • Atuar em reanimação cardiopulmonar (Emergência) • Introduzir conceitos de assistência ao parto (GO) • Aspectos éticos e técnicos da consulta da saúde da mulher (GO) • Realizar aferição de pulso e pressão arterial (Clínica médica) • Administrar medicamento intramuscular e subcutâneo. (Clínica médica) • Manejar paciente pediátrico durante crise convulsiva e situação de obstrução de via aérea (Pediatria) • Reconhecer situações de alarme no trauma da criança (Pediatria).

2) MD-172 - Prática Médica II (Primeiro Ano/2º período) 30 horas de atividades práticas. Ementa:Habilidades médicas fundamentais e suporte médico de vida.

- OBJETIVOS DA DISCIPLINA Desenvolver habilidades médicas e a comunicação com o paciente.

- COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS NA DISCIPLINA HABILIDADES MÉDICAS • Identificar sangramentos venosos e arteriais (Cirurgia) • Utilizar técnica de controle de hemostasia (Cirurgia) • Reconhecer crise convulsiva (Emergência) • Reconhecer risco de aspiração e trauma durante crise convulsiva, orientando medidas protetivas (Emergência) • Identificar procedimentos não recomendados durante crise convulsiva (Emergência) • Reconhecer engasgo (Emergência) • Realizar técnicas de desobstrução das vias aéreas (Emergência) • Aferir PA, pulso, temperatura e frequência respiratória (GO) • Identificar edema e estado de consciência (GO) • Reconhecer sinais de gravidade a partir da identificação de sinais vitais (GO) • Avaliar coramento, hidratação, cianose, icterícia, padrão respiratório, edema e palpação de linfonodos (Clínica médica) • Mensurar peso, comprimento, estatura e perímetro cefálico (Pediatria) • Plotar no gráfico e interpretar dados antropométricos (Pediatria) • Identificar os principais marcadores neurológicos do primeiro ano de vida (Pediatria) • Reconhecer os grupos alimentares e suas propriedades (Pediatria).

- COMUNICAÇÃO E INTERPROFISSIONALISMO • Elaborar o heredograma com três gerações utilizando os símbolos padronizados internacionalmente. • Reconhecer os padrões clássicos de herança • Iniciar a comunicação com o paciente para a construção do heredograma. • Realizar administração de medicamentos pelas vias intramuscular e subcutâneo. • Avaliar feridas agudas e crônicas e realizar curativos. • Realizar e/ou auxiliar a mobilização de paciente em diferentes situações da prática clínica.

3) MD-229 - Habilidades Clínicas II (Segundo ano/2º período) 30 horas de atividades práticas. EMENTA Desenvolvimento de habilidades médicas e simulação. Continuidade da prática no treinamento de habilidades.

- OBJETIVOS DA DISCIPLINA Realizar a anamnese e exame físico da criança. Identificar fatores de risco para defeitos congênitos. Realizar anamnese em genética. Desenvolver habilidades básicas relacionadas a trauma geral, neurotrauma e cenários com múltiplas vítimas. Desenvolver habilidades relacionadas às técnicas cirúrgicas.

- COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS NA DISCIPLINA - Desenvolver habilidade de comunicação relacionada a história da criança e do adolescente. - Identificar de risco para defeitos congênitos. - Realizar anamnese com foco em defeitos congênitos - Identificar risco e defeitos congênitos. Realizar o exame físico da criança e do adolescente. - Reconhecer os principais sintomas e sinais das síndromes do traumatizado - Executar adequadamente, em escala crescente, os

cuidados básicos imediatos nas principais urgências do traumatizado - Desenvolver treinamento de primeiros socorros para pessoas da comunidade - Desenvolver habilidades iniciais para atendimento ao paciente em cenário de múltiplas vítimas - Treinar habilidades relacionadas a aplicação de técnicas cirúrgicas para formação médica - Capacitar o aluno a executar procedimentos fundamentais à assistência ao paciente, comuns na prática diária de um médico.

4) MD-643- Semiólogia e Propedêutica (3º ano Graduação em Medicina) Ementa: Atividades Teóricas e Práticas em Semiólogia e Propedêutica com participação na assistência diária aos pacientes do Hospital de Clínicas da Unicamp. Atividades Teóricas Práticas de semiologia e propedêutica pediátrica. Objetivos do Módulo/Pediatria: Objetivos Gerais: Contribuir para a formação do médico, fundamentando a noção de que criança é um ser humano em desenvolvimento e possibilitando ao aluno desenvolver habilidades para realização da semiótica e anamnese em pediatria, identificando as situações de risco, objetivando a atenção integral à saúde da criança e do adolescente. Objetivos Específicos: Desenvolver habilidades na realização da semiologia da criança e identificar desvios da normalidade; Identificar na anamnese os fatores de risco para a saúde da criança, principalmente no que tange ao interrogatório sobre as funções fisiológicas, antecedentes gestacionais, perinatais e familiares, desenvolvimento, alimentação e ambiente (moradia e estrutura familiar); Reconhecer as relações entre condições de vida e riscos para a saúde das crianças e adolescentes; Reconhecer a relevância da família para o desenvolvimento das crianças e adolescentes; Identificar desvios do crescimento e utilizar corretamente as curvas utilizadas como referência; Identificar os desvios do desenvolvimento; Conhecer a nomenclatura e conceituação utilizada na área de perinatologia; Desenvolver habilidades para realização da anamnese perinatal; Conhecer as curvas de crescimento intrauterino e saber utiliza-las no diagnóstico neonatal; Desenvolver habilidades na realização do exame físico do recém nascido normal; Conhecer o calendário vacinal e valorizar a vacinação precoce das crianças; Reconhecer as peculiaridades de cada vacina, seus efeitos adversos e contraindicações; Reconhecer a importância do aleitamento materno e saber estimulá-lo; Estabelecer hipótese diagnósticas ao estado nutricional, estado vacinal, desenvolvimento neuropsicomotor e às eventuais doenças mais comuns encontradas na infância; Aprender as técnicas de avaliação do crescimento e da puberdade. Temas abordados/ Pediatria: Anamnese e exame físico; alimentação da criança; crescimento e desenvolvimento neuropsicomotor; imunização; puberdade.

5) MD-941 - Atenção Integral à saúde da criança e do adolescente I (5º ano Graduação em Medicina/Internato) Ementa: Propiciar condições para aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes para os cuidados de saúde da criança e do adolescente. Para este propósito serão realizadas atividades teóricas e práticas em serviços com atuação em Pediatria Clínica abrangendo Atenção Primária, Ambulatório, Enfermaria Geral, Urgência, Neonatologia. Ética. Esta disciplina será oferecida em 48 semanas sob a forma de rodízio, onde cada aluno deverá cumprir 11 semanas e será oferecida concomitantemente à disciplina MD951. Objetivos Gerais: Proporcionar ao estudante de Medicina o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas ao cuidado de saúde do recém-nascido, da criança e do adolescente. Contribuir para a formação do médico através do desenvolvimento do raciocínio clínico, da compreensão do processo diagnóstico e terapêutico e da prática da relação médico-paciente em situação ambulatorial (Atenção Básica à Saúde e Ambulatorial de nível secundário e terciário) de internação hospitalar (enfermaria geral e alojamento conjunto). Ensinar ao aluno do internato de medicina a conduta e terapêutica da doença cirúrgicas pediátricas mais prevalentes. Os cenários de prática disponíveis para os apreçoamento das habilidades são: Enfermaria e Ambulatório de Pediatria no HC-Unicamp; Alojamento Conjunto, Ambulatório de Neonatologia (PARRA) e Centro Obstétrico - Caism - Unicamp e Unidades básicas de Saúde. Objetivos específicos: Realizar anamnese e exame físico completo da criança e do adolescente, registrando as informações de modo claro e ordenado, valorizando as mais relevantes. Acompanhar e registrar adequadamente a evolução de crianças saudas ou doentes Realizar prescrição (sob supervisão) reconhecendo a importância da adequação da dieta, do calendário vacinal e das doses de medicamentos à idade e à massa corpórea do paciente Conversar com o paciente e seus acompanhantes sobre a evolução clínica, o prognóstico e o plano terapêutico de forma compreensiva, esclarecendo as dúvidas e tranquilizando-os no que for possível. Reconhecer as dificuldades enfrentadas pela criança e adolescente doentes e sua família Integrar as informações referentes aos processos diagnóstico e terapêutico de casos que acompanhe Indicar condutas diagnósticas e terapêuticas para situações mais comuns na prática pediátrica Apresentar os casos clínicos de forma circunstanciada e coerente à situação Realizar prescrição de um paciente internado, sob supervisão, calculando as necessidades hidroeletrólíticas e nutricionais e a dose de medicamentos em função do peso ou superfície corporal da criança Integrar as informações referentes aos processos diagnóstico e terapêuticos de casos que acompanhe ou que venha a conhecer através de prontuários e, para tanto, buscar informações teóricas que lhe faltem, de modo a ter compreensão clara do conjunto do caso. Esclarecer dúvidas sobre questões clínicas a partir de pesquisa bibliográfica Reconhecer a importância da coordenação da atividade dos profissionais envolvidos no cuidado do paciente para agilização dos procedimentos diagnósticos e terapêuticos e consequente diminuição do tempo de internação Elaborar a história obstétrica da gestante admitida no Centro Obstétrico Acompanhar o trabalho de parto, parto e contato pele a pele Fazer recepção de recém nascidos (RN) normais em sala de parto Reconhecer os fatores de risco de morbidade e mortalidade do RN Classificar o RN quanto à sua vitalidade e maturidade Elaborar adequadamente a historia neonatal Examinar adequadamente o RN Reconhecer as condições clínicas mais comuns aos RNs em alojamento conjunto e indicar sua terapêutica Manter ordenado, correto e completo o prontuário do paciente Orientar a alimentação do RN normal Orientar as mães nas suas dificuldades em relação à amamentação Dar cuidados gerais ao RN e saber orientar as mães quanto a esses cuidados Avaliar e orientar alta hospitalar do RN em alojamento conjunto Reconhecer o RN de alto risco Encaminhar o RN de alto risco para centros de maior complexidade Acompanha-los no setor de internação como observador Saber avaliar o processo de crescimento e o estado nutricional Formular as hipóteses diagnósticas concernentes a cada problema apresentado pelo paciente Elaborar o plano de investigação, o

prognóstico e o seguimento de acordo com as hipóteses consideradas. Elaborar prescrição e orientar os pais ou responsáveis pelo paciente sobre seus diagnósticos, prognósticos e conduta. Conhecer o quadro clínico, a fisiopatologia, o diagnóstico diferencial e a terapêutica das doenças mais comuns na faixa etária pediátrica. Compreender a dinâmica da vida em família e institucional da criança e do adolescente e sua relação com os problemas de saúde. Aclarar os mecanismos e ações de vigilância e proteção à saúde de criança e do adolescente no serviço de saúde, na comunidade e nas instituições. Atuar em equipe na dinâmica do modelo de saúde vigente. Definir o encaminhamento para os níveis de atendimento do Sistema de Saúde e o procedimento adequado. Ao final do estágio o aluno deverá estar apto a conhecer o quadro clínico, a fisiopatologia, o diagnóstico diferencial e a terapêutica das principais patologias acompanhadas na pediatria. Temas abordados/ Enfermaria: Insuficiência Respiratória aguda. Pneumonias. Bronquiolites. Mecanismos fisiopatológicos da diarreia/hidratação. Diagnóstico diferencial do edema. Temas abordados durante o estágio da enfermaria: Quadro clínico, fisiopatologia, diagnóstico diferencial, plano de investigação e plano terapêutico das doenças que mais frequentemente requerem internação, tais como infecções (osteomielite, infecção do trato urinário, pneumonia, meningite, celulite orbitária), distúrbios eletrolíticos e ácido básico, insuficiência respiratória aguda e crônica, cardiopatias, síndrome nefrítica, síndrome nefrótica, cetoacidose diabética; identificar a vulnerabilidade social e fazer a programação de alta hospitalar, incluindo o projeto terapêutico singular para encaminhar a UBS.

6) MD-131- Atenção integral à saúde da criança e do adolescente II. Sexto ano/Todos os períodos. 70 horas de atividades práticas. EMENTA Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes em relação ao cuidado da saúde da criança e do adolescente. Atividades em serviço em Unidades de Emergência Pediátrica de complexidade primária, secundária e terciária e prática de internação em Enfermaria Geral Pediátrica e de complexidades secundárias. Atividades teórico-práticas sobre as doenças pediátricas mais prevalentes. Ética. Esta disciplina será oferecida em 48 semanas sob a forma de rodízio, onde cada aluno deverá cumprir 6 semanas. OBJETIVOS DO MÓDULO 31. Objetivos gerais Esta disciplina proporciona ao estudante de Medicina o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas ao cuidado da saúde da criança e do adolescente nos níveis de atenção primário, secundário e terciário. Objetivos específicos ▪ Urgência e Emergência Referenciada - HC: Realizar anamnese sumária e dirigida, conforme disposto na folha de atendimento da unidade e nos prontuários do hospital. Realizar exame físico geral por aparelhos. Formular hipóteses diagnósticas etiológicas. Solicitar exames complementares. Formular esquema terapêutico adequado. Realizar prescrição (sob supervisão). Orientar adequadamente o paciente e o responsável. Discriminar os casos clínicos que necessitem internação. Identificar os casos graves. Apresentar os casos clínicos de forma circunstanciada e de modo coerente. ▪ Pediatria - Enfermaria HMP: Realizar anamnese e exame físico completo de uma criança doente, registrando as informações de modo claro e ordenado e valorizando os dados relevantes para cada caso. Acompanhar e registrar a evolução de uma criança internada anotando os dados de maior importância para o acompanhamento do caso. Realizar prescrição de um paciente internado, incluindo o cálculo das necessidades hidroeletrólíticas e nutricionais, e a dose de medicamentos. Integrar as informações obtidas e a partir delas elaborar as hipóteses diagnósticas pertinentes, indicando as condutas diagnósticas e terapêuticas. Unidade de Pronto Atendimento Metropolitano (PMC): Realizar anamnese sumária e dirigida, conforme disposto na folha de atendimento da unidade e nos prontuários da Unidade. Realizar exame físico geral e por aparelhos. Formular hipóteses diagnósticas etiológicas. Solicitar exames complementares. Formular esquema terapêutico adequado. Realizar prescrição (sob supervisão). Orientar adequadamente o paciente e o responsável. Discriminar os casos clínicos que necessitem internação. Identificar os casos graves. Apresentar os casos clínicos de forma circunstanciada e de modo coerente. 4. TEMAS ABORDADOS Ressuscitação cardiopulmonar. Insuficiência respiratória aguda. Choque. Arritmias cardíacas. Coma. Intoxicações exógenas. Traumatismo crânio-encefálico. Obstrução de vias aéreas superiores. Febre sem sinais localizatórios. Meningites virais e bacterianas. Emergências abdominais. Radiologia nas doenças prevalentes da infância.

b) Disciplinas da Pós Graduação Latu Sensu - Programas de Residência Médica <https://portal.fcm.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/58/2025/07/CATALOGO-2653846.pdf>

1) RP-021 - Urgência e Emergência em Pediatria I (R1 Especialização em Pediatria) Ementa: Por meio de acompanhamento e orientação contínua por docentes, médicos assistentes, preceptores e demais profissionais de saúde, capacitar o médico residente R1 no atendimento de crianças e adolescentes em situações de urgências e emergências, na Unidade de Emergência Referenciada de Pediatria.

2) RP-026 - Urgência e Emergência Pediátrica II (R2 Especialização em Pediatria) Ementa: Por meio de acompanhamento e orientação contínua por docentes, médicos assistentes, preceptores e demais profissionais de saúde, capacitar o médico residente R2 no atendimento de crianças e adolescentes em situações de urgências e emergências na Unidade de Emergência Referenciada de Pediatria para compreensão e aquisição de conhecimento dos principais aspectos a respeito de classificação, epidemiologia, etiologia, fisiopatologia, diagnóstico, procedimentos, protocolos de atendimento, terapêutica e demais aspectos relevantes das situações de vida, problemas e doenças associadas. O residente deve prestar atendimento médico imediato ao doente na unidade de urgência e emergência, ficando responsável por todos os aspectos relacionados à anotação e ao preenchimento do prontuário médico e ficha de atendimento, confecção de pedidos de exames, prescrições e receitas, declarações e relatórios para o paciente e seus familiares, assim como, laudos de encaminhamentos, interconsultas e quaisquer outras providências necessárias relacionadas ao cuidado integral dos pacientes. Ficará responsável pelo atendimento do paciente enquanto na unidade e acompanhamento do paciente em transporte dentro e fora do local de internação e interação com outras áreas e instâncias se necessário. Participará das discussões de casos, aulas, seminários e apresentações de artigos e temas de acordo com o que for determinado pela disciplina. Participará das atividades teórico-práticas rotineiras programadas pelo Departamento de Pediatria. Durante o estágio há férias de 30 dias consecutivos, em esquema de rodízio, de acordo com escala previamente

acordada com a área. Nesta disciplina há plantões de acordo com escala definida pelo Departamento.

3) RP-025 - Simulação em Emergência Pediátrica I Ementa: Programa de aulas práticas com manequim específico para a atividade de simulação em emergências pediátricas em temas de relevância. As aulas acontecerão uma vez por mês no Laboratório de Atividades da Faculdade de Ciências Médicas Unicamp em grupos de 4 a 5 alunos em esquema de rodízio, sob a supervisão de docentes e médicos assistentes da Área de Urgências e Emergências Pediátricas do Departamento de Pediatria, com discussão e revisão posterior de todas as atividades práticas realizadas. Estas atividades acontecerão durante todo o primeiro ano de residência em Pediatria.

4) RP-016 - Emergência Pediátrica (R1 Área de Atuação em Emergência Pediátrica) Ementa: Fornecer ao médico residente o subsídio teórico-prático para sua capacitação na assistência a agravos agudos à saúde que acometem crianças e adolescentes. As atividades serão desenvolvidas em unidades de Urgência e Emergência Pediátrica, Unidades de Terapia Intensiva Pediátrica e Neonatal, Centro de Controle de Intoxicações, serviços de Anestesiologia, Radiologia e Cardiologia Pediátrica, SAMU, Pronto-Atendimento Metropolitano de Campinas e Laboratório de Simulação Realística.

ANEXO IV - ORIENTAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Plano de Trabalho

Definição: documento que descreve a proposta de inserção do candidato nas atividades acadêmicas alinhadas à área do concurso. Será utilizado para avaliação da coerência das propostas em relação ao perfil desejado e contribuições constantes no edital. O plano de trabalho é um instrumento do processo de avaliação que permite valorizar as potencialidades do candidato, mas não deve delimitar as atividades no exercício da docência. Será analisado pela banca e arguido durante o concurso. Estrutura: deve contemplar atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência. O documento deve utilizar fonte Arial tamanho 11, com espaçamento 1,5, e margens de 2,5 cm em cada margem. O número máximo de páginas deve ser de 20 (vinte). A estrutura básica sugerida para cada uma das seções encontra-se a seguir:

Ensino

O plano deve ser escrito em até 5 páginas e conter no mínimo os dois itens abaixo: A) Descrição geral da contribuição pretendida para o ensino de graduação e de residência com base no histórico acadêmico de cada candidato, e tendo como referência as informações do perfil desejado no edital. B) Proposta de atuação no ensino, individualizada, para uma das disciplinas de graduação indicadas no edital, selecionada pelo candidato. Esta proposta deve conter como elementos mínimos obrigatórios, os seguintes aspectos: a. Objetivos de aprendizagem e competências esperadas ao final da disciplina b. Estratégia de ensino para atingir os objetivos e competências (métodos) c. Sistema de avaliação para confirmar que o estudante atinge os objetivos.

Pesquisa

Deve ser apresentado sob a forma de uma proposta de projeto, de modo a permitir que a banca avalie o potencial do candidato para a proposição e condução do mesmo. A apresentação deve fornecer elementos que demonstrem a capacidade de argumentação sobre a sua relevância, bem como a originalidade e factibilidade da proposta. O projeto deve ter até 10 páginas e conter, minimamente os seguintes elementos:

• Título do projeto

• Introdução: revisão da literatura contendo antecedentes relacionados à pergunta científica, sua relevância, lacunas de conhecimento na área, outros trabalhos relevantes na literatura nacional e internacional, culminando com a pergunta de pesquisa.

• Justificativa: síntese das informações e raciocínio crítico-científico que justificam a pergunta científica.

• Objetivos: descrição do objetivo geral e, quando aplicável, objetivos específicos.

• Materiais e métodos: deve incluir (i) descrição dos métodos que serão empregados para execução da proposta; (ii) amostra e/ou insumos; (iii) aspectos éticos; (iv) estratégia e análise dos dados; (v) estratégia para disseminação e divulgação dos resultados.

• Cronograma: estimativa do tempo necessário para execução do projeto proposto.

• Orçamento: deve incluir: (i) estimativa dos recursos financeiros necessários para execução do projeto proposto; e (ii) uma proposta de alternativas potencialmente utilizáveis para obtenção de financiamento para o projeto.

• Referências bibliográficas

Extensão

O plano deve ser escrito em até 3 páginas e conter:

A) Proposta de uma atividade de extensão (programa, projeto ou evento), coerente com o perfil desejado no edital, contendo como elementos mínimos obrigatórios, os seguintes itens:

a. Descrição da atividade

b. Objetivos

c. Métodos, que devem contemplar a estratégia de envolvimento com a comunidade externa e a participação discente e docente

d. Resultados esperados/contribuição para a instituição

Assistência

Descrever em no máximo 1 página como o candidato pode contribuir para qualificação da assistência à saúde, e em que espaços de atuação, considerando o perfil desejado para a vaga, descrito no edital.

ANEXO V - FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE USO DE NOME SOCIAL

Eu, _____, portador(a) do documento de identidade/RG nº _____, órgão expedidor _____, UF _____, CPF nº _____, inscrito no Concurso Público para provimento de cargo de Professor Doutor junto à Faculdade de Ciências Médicas (Processo Sigad nº 02-P-44568/2025), SOLICITO a inclusão e uso do meu nome social (o nome social deverá ser formado pelo prenome (simples ou composto) e pelo sobrenome familiar presente no nome civil)

para o fim específico de atender ao item 3.1.4 do referido edital de abertura de inscrições.

Campinas, ____ de _____ de _____.

Assinatura do candidato

ANEXO VI - LISTA DE TEMAS DA PROVA DIDÁTICA

I - Simulação no Atendimento à Parada Cardio respiratória em crianças em ambiente hospitalar

II - Simulação no Atendimento de Emergências Neurológicas Clínicas em Pediatria

III - Simulação no Atendimento de Trauma Crânio Encefálico em Pediatria

IV - Simulação no Atendimento de Insuficiência Respiratória Aguda em Pediatria

V - Simulação no Atendimento de Doenças Exantemáticas em Pediatria

VI - Simulação para Diagnóstico Diferencial de Edema em Pediatria

VII - Simulação para identificação de Sinais de alarme em Pediatria

VIII - Simulação no Atendimento de Arritmias Cardíacas em Pediatria

IX - Simulação em Atendimento de Intoxicações/ Overdose de Drogas e medicamentos

X - Simulação no Atendimento de Diarreia aguda e desidratação em Pediatria